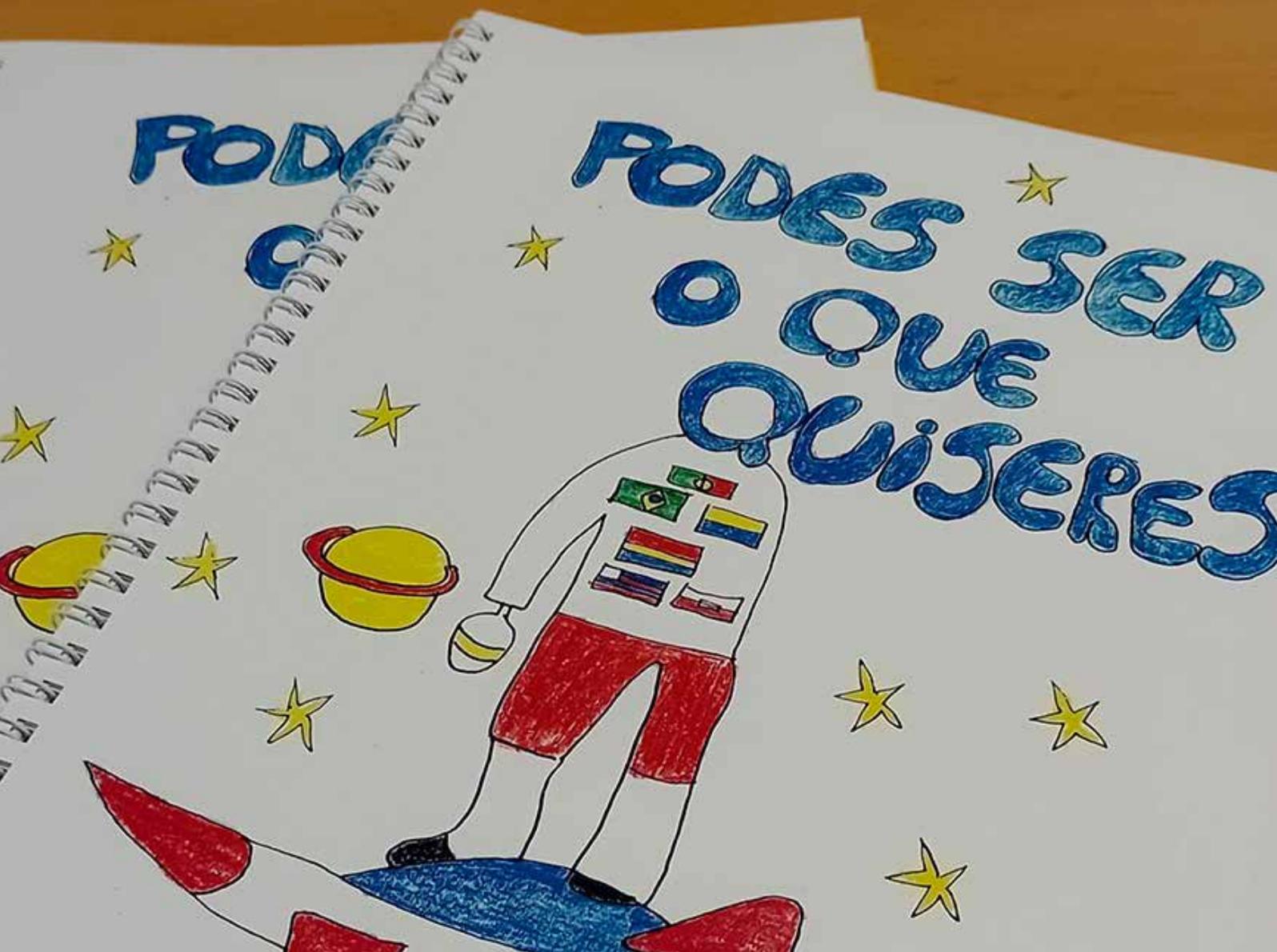


BOLETIM REDE PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS

12024

Águeda | Albufeira | Alcochete | Alenquer | Alfândega da Fé | Almada | Almodôvar | Amadora | Anadia | Angra do Heroísmo | Arruda dos Vinhos | Azambuja | Barcelos | Barreiro | Benavente | Braga | Câmara de Lobos | Cascais | Chaves | Coimbra | Condeixa-a-Nova | Covilhã | Entroncamento | Espinho | Esposende | Estremoz | Évora | Fafe | Fundão | Gondomar | Grândola | Guarda | Guimarães | Horta | Lagoa (Açores) | Lagoa (Algarve) | Lagos | Lisboa | Loulé | Loures | Lousã | Lousada | Macedo de Cavaleiros | Machico | Maia | Marco de Canaveses | Matosinhos | Mealhada | Miranda do Corvo | Montijo | Moura | Odemira | Odivelas | Oeiras | Oliveira de Azeméis | Paços de Ferreira | Palmela | Pampilhosa da Serra | Paredes | Penafiel | Penalva do Castelo | Peniche | Pombal | Ponta Delgada | Portalegre | Porto | Porto de Mós | Póvoa de Lanhoso | Reguengos de Monsaraz | Rio Maior | Santa Maria da Feira | Santarém | Santo Tirso | São João Madeira | Sesimbra | Setúbal | Sever do Vouga | Silves | Sobral de Monte Agraço | Soure | Tábua | Tomar | Torres Novas | Torres Vedras | Valongo | Vila do Bispo | Vila do Conde | Vila Franca Xira | Vila Nova de Famalicão | Vila Real | Vila Verde | Viseu | Vizela

51



editorial

Falar de inclusão na perspetiva da Cidade Educadora significa **não deixar ninguém para trás**.

Independentemente das competências que os governos locais têm em matéria educativa, as nossas cidades são ricas em património, reúnem pessoas diversas e acolhem uma multiplicidade de entidades e propostas culturais. Este rico tecido associativo e patrimonial **oferece oportunidades** de educação não formal ou informal e pode permitir a promoção de um sentimento de pertença.

Mas as cidades são também o cenário dos vários desafios que a humanidade enfrenta: pobreza, desemprego ou precariedade, acesso desigual à saúde e a ambientes saudáveis, laços comunitários frágeis, laços sociais fraturados, segregação espacial da população, falta de habitação condigna, espaços inadequados para pessoas com diversidade funcional ou mobilidade reduzida, para citar apenas alguns...

As Cidades Educadoras somos movidas pela convicção do poder transformador da educação para gerar inclusão social. Asseguramos que todos os cidadãos participem na vida da cidade, independentemente da sua idade, género, situação económica ou social, ou de viverem em zonas centrais ou periféricas. Da mesma forma, ao conceber atividades ou espaços públicos, asseguramos que **são tidas em conta as necessidades** dos diferentes grupos (idosos, pessoas com diversidade funcional, jovens, crianças, etc.).

Enquanto grandes empregadores, os governos locais também **podemos influenciar** o mercado e tornarmos modelos de equilíbrio entre vida profissional e familiar, desenvolvendo políticas que permitam horários de trabalho flexíveis para trabalhadores com filhos pequenos ou trabalhadores com familiares dependentes (idosos ou deficientes), desenvolvendo serviços de acolhimento de crianças, etc., **criando**

um efeito multiplicador noutras empresas.

Da mesma forma, como grandes consumidores de bens e serviços, temos o potencial de conceber contratos públicos mais inclusivos do ponto de vista social, que incluam benefícios para a comunidade, como a contratação e a formação, com enfoque nas populações vulneráveis. Isso pode contribuir para gerar um mercado de empreendedorismo social, que pode resultar na criação de emprego, na promoção do consumo ético, na **geração de consciência pública** para reduzir o fosso social, na mudança dos padrões de consumo das famílias, entre outros...

A criação de oportunidades de emprego para grupos em risco de exclusão, através de programas de educação inclusiva, práticas de contratação e emprego legal, digno e produtivo também está na nossa agenda municipal, sem esquecer a valorização da diversidade cultural e a



espaço de OPINIÃO

As migrações têm um contributo central para a criação de sociedades mais ricas e plurais, para além dos efeitos, a nível de sustentabilidade económica e demográfica, nos países de acolhimento. Para que isto aconteça, é necessária uma efetiva integração dos imigrantes, traduzida enquanto inclusão, sustentada nos pilares dos direitos humanos. E a responsabilidade desta integração é, fundamentalmente, da sociedade de acolhimento e dos Estados democráticos, que têm o dever de implementar políticas públicas promotoras dessa integração.

O concelho de Almada tem vindo nos últimos anos a aumentar a sua popu-

lação estrangeira, passando de 8.720 residentes em 2016 para 16.570 em 2021. Este aumento traduz-se numa taxa de crescimento de 15%/ano. Em 2021 a população estrangeira representava 8,7% da população total residente no concelho. Atualmente temos 123 nacionalidades a residir no concelho, uma diversidade que nos orgulha e enriquece.

O Município de Almada apresenta um historial longo de iniciativas e projetos direcionados para as comunidades estrangeiras, sendo que a partir de 2018 temos ao dispor um instrumento de política pública local que pretende orientar e agregar todas as iniciativas e projetos, tendo por base a definição de prioridades de atuação, face ao diagnóstico dos problemas e potencialidades existentes.

De facto, o Plano Municipal para a Integração dos Migrantes, já na sua 2ª

edição, pretende ser um instrumento que congregue todas as entidades que, no concelho, trabalham em prol da integração de todos aqueles que escolheram Almada para concretizar os seus projetos de vida.

Para além disso, este plano é um bom exemplo de uma política construída a partir dos cidadãos, que participaram na definição das prioridades e soluções para os diferentes problemas que ainda persistem. Do plano constam diversos eixos e medidas, que abarcam as diversas áreas de vida e outras dimensões essenciais no processo de integração, como sejam o acolhimento, o emprego, a educação, a cultura, saúde, etc.

Estas medidas são concretizadas através de iniciativas do município, principalmente pelas diversas entidades locais, incluindo as associações de imigrantes, que numa lógica colabo-

participação dos cidadãos no desenvolvimento comunitário.

Estas são apenas algumas das muitas iniciativas que as cidades desta rede temática desejam partilhar, já que as cidades que integram a Associação Internacional de Cidades Educadoras constroem a cidade a partir de um conhecimento partilhado. **Partilhamos e trocamos informação, conhecimentos e formação** com o meio envolvente e com outras cidades da rede. Analisamos dados (desagregados por sexo, idade, tipo de deficiência, rendimentos, situação geográfica e estatuto migratório, bem como outras características que dizem respeito ao contexto local) e tudo isto, juntamente com o trabalho com outros agentes presentes no território e com diferentes organismos governamentais, ajuda-nos a tornar as nossas iniciativas e políticas mais eficazes e sustentáveis ao longo do tempo.

Marina Canals
Secretária-Geral da AICE

rativa têm sido atores essenciais na implementação das várias iniciativas que concretizam a visão de Almada, enquanto “Território de Muitos”.

A Carta das Cidades Educadoras posiciona-se, claramente, do lado das estratégias potenciadoras da inclusão e coesão social, procurando valorizar o potencial da cidade, enquanto espaço de convivências interculturais positivas e da expressão da riqueza de todos aqueles que a vivenciam. A capacidade da cidade em integrar a diferença e geri-la democraticamente constitui um desafio permanente, que deve ser partilhado com todos, no caminho da construção de uma sociedade mais justa, com mais equidade, na qual todos contam.

Maria Teodolinda Silveira
Vereadora da Educação da
Câmara Municipal de Almada



Imigração: mitos e factos

A semelhança de outros fenómenos sociais há em torno da imigração alguns mitos que se têm vindo a criar, ideias pré-concebidas sem sustentação empírica que generalizam frequentemente imagens acerca de indivíduos ou grupos sociais residentes nas diferentes sociedades.

Embora a forma como se definem essas percepções sociais seja subjetiva e conjuntural, reconhece-se hoje a importância de desconstruir percepções pelo efeito que também podem ter no sentido da definição de políticas públicas para migrantes e no desenvolvimento de preocupações sociais ou prioridades assumidas pela maioria da população residente em diferentes países do mundo. Não raras vezes, receios sociais em torno da imigração contribuíram para a definição de políticas públicas mais restritivas no controlo de fronteiras, desinvestimento no acolhimento e integração de imigrantes, menor resposta humanista e solidária face à necessidade de proteção internacional de populações deslocadas e perseguidas, e incremento de discursos racistas e populistas. Portugal, embora revele em inúmeras inquirições internacionais (Eurobarómetros, Inquérito Social Europeu, European Values Studies) percepções mais favoráveis acerca da importância da imigração e dos contributos dos imigrantes para o país, quando comparado com a maioria dos países europeus, não está imune a esses receios sociais e às suas consequências. Tem sido, por isso, providencial o investimento público no Observatório das Migrações desde 2002 (há 21 anos), não apenas com o financiamento e a publicação de estudos

da academia nacional, estimulando uma agenda de investigação proativa em torno do estudo das migrações e próxima da intervenção política, com vista à investigação-ação, trazendo recomendações para política pública, como ainda com recolha, sistematização, análise e disseminação de informação estatística acerca dos estrangeiros residentes em Portugal, que tem assegurado a disseminação de factos e a desconstrução de percepções.

Destaco alguns dos mitos que rapidamente se desconstruem com factos a partir de dados oficiais nacionais trabalhados pelo Observatório das Migrações nos Relatórios Estatísticos anuais de *Indicadores de Integração de Imigrantes*, relatórios publicados desde 2014:

1. Os imigrantes estão a “invadir” a Europa, incluindo Portugal?

Persistem falsas percepções quanto ao que representa a população imigrante no total dos residentes de cada país. A opinião pública, na generalidade dos países europeus, tende a perceber de forma exagerada a população migrante. Considerando resultados de Eurobarómetros na maioria dos Estados-membros a proporção estimada de imigrantes corresponde a pelo menos o dobro da sua real proporção nos residentes, surgindo Portugal como um dos países onde se verifica uma maior distância entre a percepção do volume da imigração na sociedade e a efetiva realidade. Em Portugal a população estrangeira representa apenas cerca de 8% dos residentes, subindo para 12% os nascidos no estrangeiro. Portugal posiciona-se apenas na décima oitava posição, entre

os países da União Europeia com mais imigrantes residentes, surgindo na primeira posição o Luxemburgo com cerca de metade dos seus residentes a serem estrangeiros ou nascidos no estrangeiro, onde se destacam os emigrantes portugueses entre esses estrangeiros residentes.

2. Os imigrantes são uma sobrecarga para a segurança social?

Em alguns países tem sido por vezes defendido que, atendendo ao maior risco de pobreza e de exclusão social dos imigrantes, a imigração tem iminentemente objetivos de maximizar apoios públicos, nomeadamente do sistema de proteção social dos residentes e, assim, desgastar as contas públicas das sociedades de acolhimento, perceção falsa que se associa à ideia de que os sistemas de segurança social funcionam como um “íman” para as migrações. Os dados administrativos de Portugal ajudam a desconstruir rapidamente esta ideia: em 2022 o saldo da segurança social português com estrangeiros foi de +1.604 milhões de euros, valor mais elevado de sempre, refletindo simultaneamente um aumento das contribuições de estrangeiros (subiu para 1.861 milhões de euros) e uma diminuição das prestações sociais recebidas por estrangeiros residentes (256,8 milhões de euros). Os estrangeiros passaram a representar 14% dos contribuintes do sistema de proteção social (apesar de serem apenas 8% dos residentes), identificando-se que 87 em cada 100 residentes estrangeiros contribui para o sistema (por comparação a 48 em cada 100 no caso dos nacionais portugueses), assumindo um impacto fundamental para a sustentabilidade do sistema de segurança social, sendo a imigração necessária para contrabalançar também os efeitos do envelhecimento demográfico, não esquecendo que Portugal já é o segundo país europeu mais envelhecido.

3. Os imigrantes tiram trabalho aos portugueses?

Os imigrantes assumem um papel fundamental na melhoria da eficiência dos mercados de trabalho das sociedades de acolhimento, sendo que sem os trabalhadores imigrantes alguns setores económicos e atividades já não sobreviveriam. Embora esses sejam factos com evidência, não estão necessariamente nas perceções da generalidade dos residentes das sociedades de acolhimento. As perceções que se destacam em cada momento acabam por refletir irremediavelmente as características e situações socioeconómicas de cada país. Em Portugal os trabalhadores estrangeiros estão mais representados nos grupos profissionais da base menos qualificados (51% dos trabalhadores, +13pp que os nacionais), tendo a maioria contratos de trabalho a termo certo ou temporários (-35pp que os trabalhadores portugueses nos vínculos laborais permanentes) e mostrando uma duração média mensal do período de trabalho superior aos portugueses. Há, assim, uma relação evidente dos estrangeiros com os trabalhos mais exigentes, de maior instabilidade na relação laboral, mais mal pagos e de maior incidência de sinistralidade laboral, trabalhos esses que os trabalhadores nacionais não querem desempenhar. Em contrapartida, os imigrantes são também importantes geradores de emprego, mostrando maiores taxas de empreendedorismo que os nacionais.

Estes e muito outros factos podem ser aprofundados nos Relatórios Estatísticos Anuais *Indicadores de Integração de Imigrantes*, que sistematizam mais de três centenas de indicadores de integração de imigrantes a partir de 47 fontes de dados, 32 nacionais e 15 internacionais.

Catarina Reis Oliveira
Diretora do Observatório das Migrações
– Alto Comissariado para as Migrações

ALENQUER

Tertúlia Intercultural

O projeto Tertúlias Interculturais foi criado em 2018 com o objetivo de dar voz às pessoas das várias comunidades presentes no concelho de Alenquer, garantido desta forma a sua integração e inclusão na sociedade.

Consiste num espaço de participação livre, onde todos/as os/as participantes partilham as suas histórias de vida e experiências desde a chegada a Portugal e em particular ao concelho de Alenquer. Considerando que a grande



ALFÂNDEGA DA FÉ

Semana Municipal para a Igualdade

maioria dos/as participantes se encontravam em situação irregular no país, surgiam no âmbito da dinamização da atividade várias dúvidas relacionadas com os procedimentos necessários para a regularização em território nacional e de contacto com os vários serviços públicos locais, considerando a presença neste momento de lazer do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Alenquer, em funcionamento no município desde 2006.



Desde o início de 2019, as tertúlias passaram a ser temáticas e subordinadas a um país. Assim, pretende-se que as várias pessoas das comunidades presentes se juntem de modo a realizar uma apresentação ao público sobre a história de cada país, principais tradições, danças, músicas, dialetos e gastronomia, sendo que cada comunidade prepara um lanche com produtos típicos para degustação no final da sessão. A última tertúlia intercultural foi realizada no dia 26 de novembro de 2023, no Espaço Cidadania da Barrada, local pertencente ao município que desenvolve um conjunto de atividades com vista à integração das diversas comunidades. A atividade contou com a presença do embaixador da Moldávia em Portugal, Alexei Cracan, sendo que durante três horas, cidadãos moldavos a residir no nosso país revelaram um pouco das suas raízes. Foi cantado o hino nacional moldavo num espaço onde convergiram pratos típicos e obras assinadas por membros da população deste país do leste europeu. Danças tradicionais como a sarba ou a hora foram executadas durante esta iniciativa agregadora. ■

PRINCÍPIO 3

DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. “A cidade promoverá a educação na diversidade para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e outros grupos étnicos objeto de discriminação, bem como a paz no mundo. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.”

No âmbito das comemorações do Dia Municipal para a Igualdade, o Município de Alfândega da Fé preparou um conjunto de atividades para a comunidade que decorreram durante a semana de 23 a 29 de outubro, com o objetivo de explorar o conceito de igualdade e estereótipos de género de forma a sensibilizar para o tema. A semana teve início com a realização de “Sessões de tralha – Profissões” que abrangeram todos os alunos do 1º ciclo, através da disponibilização de materiais e roupas alusivas às várias profissões, podendo os alunos explorar e experimentar através da brincadeira e do faz de conta as várias profissões sem estereótipos de género. Além disso, foi preparada uma atividade que consistiu na pintura de alguns bancos do jardim municipal pelos alunos da Universidade Sénior e do 9º ano de escolaridade com as cores da bandeira LGBT e distribuição de panfletos informativos para a população em geral acerca do conceito do “Dia Municipal para a Igualdade”, esta ação não foi realizada na sua totalidade devido às condições meteorológicas, tendo sido adiada.



A semana culminou com um espetáculo teatral, intitulado “Os Brincos à Ronaldo e outras histórias” para toda a comunidade, este espetáculo é sustentado em investigação de referência, acompanhada por uma especialista em Igualdade de Género, bem como em relatos de experiências de vida e foi transposto cenicamente para um discurso quotidiano, alegre, interativo e acessível a todos os públicos, o seu maior objetivo é a promoção da Igualdade de Género em Portugal, valorizando a necessidade de reflexão acerca das nossas ações, tornando esta temática mais presente na vida social, familiar e laboral. ■



PRINCÍPIO 17

INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL ...A Cidade Educadora comprometer-se-á a erradicar todas as formas de violência e assédio, dedicando uma atenção especial à violência de género ou com base na identidade e orientação sexual, origem e etnia, idade, aparência física, etc.

ALMADA

Plano Municipal Integração Imigrantes de Almada

O Plano Municipal para a Integração dos Migrantes é um documento de política local que congrega todas as medidas, projetos e iniciativas locais que visam a promoção da integração dos imigrantes que residem no município. Este documento surge no pressuposto de que o nível local é onde acontece a integração e de que é fundamental a existência de uma visão coletiva e uma política local de gestão da diversidade, que encare esta diversidade enquanto riqueza e potencialidade. O Plano Municipal para a Integração dos Migrantes apresenta um conjunto de 36 medidas, em eixos determinantes nos processos de integração de imigrantes, tais como o acolhimento, a educação ou a saúde entre outros. Estas medidas são concretizadas através de iniciativas do município, mas principalmente pelas diversas entidades locais, incluindo as associações de imigrantes, que têm sido fundamentais na implementação de diversas respostas e projetos que concretizam a visão de Almada enquanto “Território de Muitos”. Um dos investimentos prioritários do Município tem sido ao nível das respostas de acolhimento, no sentido de permitir que os estrangeiros, que residem em Almada, tenham uma resposta próxima e de qualidade, tendo em vista o seu acompanhamento quer em termos de regularização ou no acesso aos direitos. Neste sentido, o objetivo tem sido o de criar as condições para que estes espaços cheguem a cada vez mais municípios e em melhor qualidade, tendo constituído uma prioridade que todas as freguesias do concelho tivessem um atendimento ao imigrante, situação que neste momento conseguimos assegurar, em parceria com duas entidades locais, a AD SUMUS e o Centro Paroquial da Costa de Caparica. Estes gabinetes realizam mais de 3500 atendimentos por ano. Para além destas respostas, temos procurado apoiar diversas iniciativas que pretendem dar resposta aos inúmeros problemas e dificuldades que, ainda, permanecem neste domínio: respostas de aprendizagem de português, iniciativas de natureza cultural que visem fomentar espaços de partilha e de promoção da diversidade do Concelho, iniciativas de



promoção da participação e formação artística e iniciativas de promoção do emprego e empreendedorismo. ■

PRINCÍPIO 17

INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL. As cidades devem desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização. Devem dedicar uma atenção especial aos recém-chegados, migrantes ou refugiados, que têm o direito, para além da mobilidade entre países, de sentir livremente a cidade a que chegam como sua e que os seus interesses e necessidades específicas sejam valorizados, bem como os seus conhecimentos e as competências necessários para representarem um papel socialmente apreciado. ...

AMADORA

Encontro Nacional de Educação ao Longo da Vida – Açores

A cidade da Amadora esteve presente no Encontro Nacional de Educação ao Longo da Vida que decorreu nos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, nos dias 28 e 29 de novembro. A participação teve como principal objetivo a partilha de experiências e práticas pedagógicas no âmbito da educação e formação, nomeadamente junto da população adulta, não só pela cidade de Angra de Heroísmo como pelas restantes cidades que integram a rede das Cidades Educadoras. Este foi um espaço privilegiado para troca de boas práticas, ideias e sugestões entre os diferentes agentes permitindo não só a autoanálise, sobre os projetos que cada cidade implementa, como também pelo empoderamento das deverão com mesmas para novas metodologias e/ou práticas. ■



PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação. Tanto a administração municipal, quanto outras administrações que afetam a cidade, serão responsáveis por isso. Os cidadãos também deverão comprometer-se com este projeto, pessoalmente ou através das diferentes formas de associação em que estiverem organizados.

ANADIA

Loja Social “Salpicos de Carinho”

A Loja Social “Salpicos de Carinho”, no ativo desde 2010, é um espaço de partilha e solidariedade de toda a comunidade anadiense que tem como principais objetivos:

- apresentar-se como um recurso complementar às intervenções de caráter social, dirigidos a agregados em situação de vulnerabilidade económica e social;
- contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias em situação de maior vulnerabilidade social e económica;
- suprir as necessidades imediatas dos cidadãos acima mencionados de forma a atenuar os efeitos de pobreza e exclusão social; fomentar a rede de parceria interinstitucional concelhia, visando a identificação e encaminhamento de situações de carência para a Loja Social;





- sensibilizar a comunidade para a responsabilidade social.

São beneficiários da Loja Social “Salpicos de Carinho” indivíduos que revelem vulnerabilidade económica e social, identificados pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Anadia – Serviço de Ação Social e Saúde; Serviço Local da Segurança Social de Anadia; instituições sociais do concelho, entidades da área da Saúde, juntas e uniões de freguesia, estabelecimentos de educação e ensino do concelho, CPCJ, entre outros.

Os bens (brinquedos/material didático, mobiliário, equipamentos domésticos, vestuário, têxteis, calçado e acessórios), novos ou usados, existentes na Loja Social são oriundos de ofertas provenientes da comunidade e/ou de campanhas de angariação dos mesmos.

Na organização dos bens existentes, conta-se com a colaboração de voluntários do “Banco Local de Voluntariado de Anadia” e do Projeto “Ser+ em Anadia”, no período de férias escolares, incentivando, assim, a sua responsabilidade social. ■

PRINCÍPIO 17
INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL. As cidades devem desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização.

AZAMBUJA

Oficinas Criativas de Inteligência Emocional



Este programa desenvolvido pela Equipa Multidisciplinar de intervenção Comunitária (EMIC), encontra-se integrado na Academia de Inteligência Emocional do Município de Azambuja e consiste num treino de competências socio emocionais em grupo que tem em vista promover a saúde emocional e prevenir a saúde mental através do desenvolvimento da inteligência emocional (IE) das crianças e jovens, potenciando o sucesso escolar, motivação, autoconfiança e autoestima; bem como intervir psicologicamente em saúde emocional junto de grupos em risco e socialmente vulneráveis, na redução e prevenção de situações de risco social e pessoal, incluindo necessidades de integração social, acesso à informação e aos recursos sociais, igualdade de oportunidades, não discriminação e não exclusão social; na construção de processos de mudança comportamental, psicossocial e emocional e na promoção de uma maior qualidade de vida.



É constituído por um conjunto de sessões semiestruturadas que integram diferentes dinâmicas de grupo a realizar no contexto de sala de aula e destina-se a alunos(as) do Ensino Pré-escolar ao Ensino Secundário. As Oficinas Criativas são realizadas de acordo com as potencialidades e prioridades de intervenção identificadas no encaminhamento da turma, preferencialmente com uma frequência semanal e duração ajustada às necessidades.

O programa é uma aposta do Município de Azambuja desde 2018 é adaptado às diferentes faixas etárias, e criado à medida de cada turma sendo que o número de sessões realizadas poderá variar consoante as características e necessidades identificadas, tendo sido já realizadas mais de 100 sessões com cerca de 1000 alunos dos 3 Agrupamentos de escolas do Município de Azambuja.

Acreditamos que escolas devem ser espaços seguros, livres de assédio, racismo e discriminação e são instituições fundamentais para os processos de redução dos estereótipos raciais e dos preconceitos existentes na sociedade e que podem afetar os vários interlocutores das comunidades educativas, sejam eles crianças, jovens, famílias, docentes ou não docentes.

Por isso mesmo cada sessão com turmas é desenvolvida com o intuito de levar a consciência da diversidade exist-

CÂMARA DE LOBOS "Sintido" do velho

tente à nossa volta, levando os alunos a refletir nos valores do respeito, tolerância, cooperação e equidade, valores transformadores da sociedade.

As práticas das sessões são guiadas por princípios que promovem o combate a quaisquer formas de discriminação, através do desenvolvimento de atividades guiadas que promovem uma reflexão crítica sobre situações problemáticas e as suas consequências, por forma a promover a empatia e o respeito pelo outro. Qualquer atividade desenvolvida visa contribuir para preparar os/as alunos/as para a vida, para serem cidadãos/ãs democráticos/as, participativos/as e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação. ■

No âmbito da política social definida pela Câmara Municipal de Câmara de Lobos e dando continuidade à estratégia para a coesão e inclusão social da população de Câmara de Lobos, criou-se em 2020 uma nova resposta social sobre a tutela da autarquia, o Centro de Dia do Estreito de Câmara de Lobos.

Em 2023, da constatação da necessidade de propagar para as gerações mais jovens e futuras as tradições, usos e costumes, surge nesta valência o projeto "Sintido" do velho. A palavra "sintido" é um termo cultural linguístico regional utilizado pelos mais velhos que significa memória.

Neste âmbito, tem sido desenvolvido um conjunto de ações e atividades de desenvolvimento e abordagem dos Costumes e Tradições numa perspetiva Regional, Nacional e Europeia, de forma preservar a identidade e riqueza cultural e va-



PRINCÍPIO 17

INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL. As cidades devem desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização. Devem dedicar uma atenção especial aos recém-chegados, migrantes ou refugiados, que têm o direito, para além da mobilidade entre países, de sentir livremente a cidade a que chegam como sua e que os seus interesses e necessidades específicos sejam valorizados, bem como os seus conhecimentos e as competências necessários para representarem um papel socialmente apreciado. Devem empenhar-se na promoção da coesão social entre os bairros e os seus habitantes de todas as condições. Por outro lado, e com o mesmo propósito, trabalharão com grupos autóctones estigmatizados e marginalizados. A Cidade Educadora comprometer-se-á a erradicar todas as formas de violência e assédio, dedicando uma atenção especial à violência de género ou com base na identidade e orientação sexual, origem e etnia, idade, aparência física, etc.

lorizar o conhecimento e das gerações mais antigas. Com o objetivo de apresentar a visão e as vivências dos utentes das Tradições e dos Costumes que fazem parte da história da Região fez-se uma exposição, de 27 de outubro a 30 de novembro de 2023 no Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos com trabalhos e objetos realizados pelos utentes das oficinas desenvolvidas durante o ano, nomeadamente a Oficina de Culinária – Costumes à mesa (confeção de receitas típicas – pão, bolo de noiva a lenha), as Conversas Temáticas, as Oficinas de Artesanato, as Oficinas Populares, os Workshops nas mais diversas áreas, destacamos Bonecas de massa, Bonecas de pano, Flores de papel/ arraial, Casinhas de colmo e pedra, Barretes de lã e de orelhas, Vimes, Trajes e indumentária tradicional, Instrumentos musicais, Brinquedos tradicionais (materiais e cantados), Arquinhos, Lapinha, entre outros.

A exposição foi visitada por cerca de 300 visitantes e cerca de 150 crianças, jovens e adultos foram acompanhados pelos utentes desta valência em visitas guiadas. ■



ENTRONCAMENTO

“A Estação do Entroncamento”

Exposição de Fotografia e Documental

Integrada no Programa da Comemoração do 78º Aniversário da Elevação do Entroncamento a Concelho e no âmbito do projeto DEVIR 2023, o Município do Entroncamento promoveu na Galeria Municipal do Entroncamento, entre os dias 24 de novembro e 7 de dezembro de 2023, “A Estação do Entroncamento” Exposição de Fotografia e Documental.

No intuito de dar a conhecer a história local e a origem do concelho do Entroncamento, esta exposição tendo como eixo central a Estação dos Caminhos de Ferro do Entroncamento que ao longo do tempo e com ela, recorda fotografias, plantas, documentos das Coleções Particulares de Walter Reis, Manuela Poutout, Jaime Amaro, Torres Lopes, Diogo Margarido, Olímpia Valentim, entre outras personalidades do concelho. ■

PRINCÍPIO 4

ACESSO À CULTURA: A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais. Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico

PRINCÍPIO 2

POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA. Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros.



ÉVORA

Cidade de Évora, acessível a todos

A Associação de Paralisia Cerebral de Évora (APCE), tem vindo, desde há alguns anos, a desenvolver em parceria com a Câmara Municipal de Évora (CMÉ), um projeto centrado na melhoria das acessibilidades físicas no Centro Histórico de Évora. O projeto advém da necessidade da circulação de utentes da APCE em cadeiras de rodas, no espaço público da cidade. Considerando que as soluções técnicas da Câmara seriam mais eficazes com a participação de quem sente as dificuldades, os utentes da APCE passaram a identificar a necessidade de melhoria da acessibilidade no espaço público, conjuntamente com a Câmara.

Depressa se percebeu que a acessibilidade não é importante só para quem usa cadeiras de rodas, mas sim, para todos.

E assim, a acessibilidade passou a ser universal.

Em 2022, a APCE alargou a parceria à Associação Comercial do Distrito de Évora e conjuntamente com a Câmara, assumiu um projeto mais abrangente. Pretendia-se melhorar o acesso ao espaço comercial e desde o primeiro momento contou com o entusiasmo da Associação Comercial. A APCE candidatou-se ao Alentejo2020, à medida 9.6 Investimentos no contexto e estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

Durante 2022 e 2023, a APCE desenvolveu este projeto que pretende, através da utilização das novas ferramentas de comunicação digitais, sensibilizar e promover a adoção de boas práticas no âmbito das acessibilidades e na igualdade de oportunidades em Évora, em particular junto dos Comerciantes, Empresários, Agentes Culturais, Desportivos, Ensino e de Apoio Social.

Desenvolveram-se ações para promover a Acessibilidade e Mobilidade para Todos e que estão organizadas em torno de três vertentes:

1. Promoção da discussão da temática da Acessibilidade e Mobilidade para todos;
2. Campanhas de Sensibilização Acessibilidade e Mobilidade para Todos;
3. Ferramentas e estratégias de promoção da Acessibilidade e Mobilidade para Todos.

Uma das ferramentas foi a constituição de um site acessível, disponível em <https://apce.org.pt/acesso-universal-1-2-2022-2023/>, com informação sobre o projeto.

Estas ações assumem-se como facilitadoras de intervenção no espaço público por parte da CMÉ. ■

APCE/CMÉ



PRINCÍPIO 11

ESPAÇO PÚBLICO HABITÁVEL O ordenamento do espaço público deverá ter em conta as necessidades de acessibilidade, cuidado, saúde, convívio, segurança, jogo, esparecimento e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. A Cidade Educadora prestará uma atenção especial às necessidades da infância, das pessoas com diversidade funcional e dos idosos na sua planificação urbanística, equipamentos e serviços, de forma a garantir-lhes um ambiente amigável e respeitador, no qual se possam deslocar com a máxima autonomia possível.

FUNCHAL

ESCUTAR: Projetos de residências artísticas nos bairros

O projeto ESCUTAR traduz uma novidade da temporada artística 2023/2024 da Câmara Municipal do Funchal e envolve três bairros sociais, em colaboração com o Departamento de Cultura e SociohabitaFunchal.

Os artistas são convidados a trabalhar com as equipas técnicas dos centros comunitários e com os moradores locais durante três meses de forma intensiva, sendo que o trabalho final de cada um dos projetos será apresentado no Bairro. O projeto pretende criar uma linha horizontal de relevância e envolvimento do

projeto entre os vários intervenientes, numa base de colaboração e trabalho em equipa, sem que os artistas convidados se sobreponham às necessidades e vontades da comunidade local.

O primeiro projeto ESCUTAR aconteceu no Bairro do Palheiro Ferreiro e envolveu 30 pessoas da comunidade local, de outubro a dezembro de 2023. A artista plástica e designer, Rosa La Peligrosa (Rosa Moniz) realizou dois murais junto com a população local e Luís Teles, dos STG Crew, realizou au-



las de dança urbana semanais com os mais jovens, promovendo a atuações em vários eventos regionais. O segundo projeto irá decorrer de janeiro a abril, no Bairro da Quinta Josefina, com Ricardo Brito, no teatro, e Cristiana de Sousa, nas artes plásticas, seguindo-se o terceiro, no Pico dos Barcelos, com Marta Garcês no teatro e Zeca Diogo, nas artes plásticas. Este projeto vem reforçar um espaço importante de mediação através da cultura e da arte para diferentes públicos, criando novas oportunidades de participação. ■

PRINCÍPIO 4
ACESSO À CULTURA. “A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais.”

FUNDÃO

Capital Europeia da Inclusão e Diversidade

Foi atribuída ao Fundão, pela Comissão Europeia, a menção de Capital Europeia da Inclusão e da Diversidade 2023, que reconhece as cidades e as regiões pelo seu trabalho na promoção da inclusão e na luta contra a discriminação.

O Fundão ganhou o Prémio Bronze na categoria de autoridades locais com menos de 50.000 habitantes, destacando-se o Centro para as Migrações e a política de atração e fixação de migrantes, entre outras políticas públicas (como o projeto Memo-Move que implementa atividades que promovem a saúde mental e física através da prática de exercício físico e da estimulação cognitiva, direcionado para o segmento da população sénior), ou a nossa Estratégia Local de Habitação).

O Centro para as Migrações foi criado em 2016, num edifício dos anos trinta, anteriormente ocupado por um seminário católico. A intenção inicial foi garantir a habitação segura e condigna para dois grupos de migrantes que, na altura, se começaram a deslocar para a região da Cova da Beira: os trabalhadores sazonais, vindos do Leste Asiático, contratados por empresas locais para realizar trabalhos agrícolas, e os estudantes internacionais vindos de países de língua oficial portuguesa em África (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné), para ingressarem em cursos nas instituições de ensino profissional e universitário da região. Hoje é um centro de acolhimento para migrantes com várias nacionalidades representadas, onde são desenvolvidas atividades que promovem o acolhimento, a integração e a autonomização dos mesmos, com o apoio de uma equipa multidisciplinar, constituída por psicólogos, assistentes sociais, animadores socioculturais, tradutores e mediadores interculturais, juristas e técnicos especializados.





O Município tem por expectativa e por objetivo conseguir atrair, fixar e integrar cerca de oito mil migrantes nos próximos dez anos, seja nas áreas mais tradicionais, seja nas áreas tecnológicas. Pretende-se que venham com as suas famílias e que se tornem vizinhos, partilhando tradições, experiências e criatividade. Ambiciona-se a transfiguração numa região multicultural e fazer com que os bons exemplos se disseminem pelas regiões vizinhas. ■

PRINCÍPIO 17

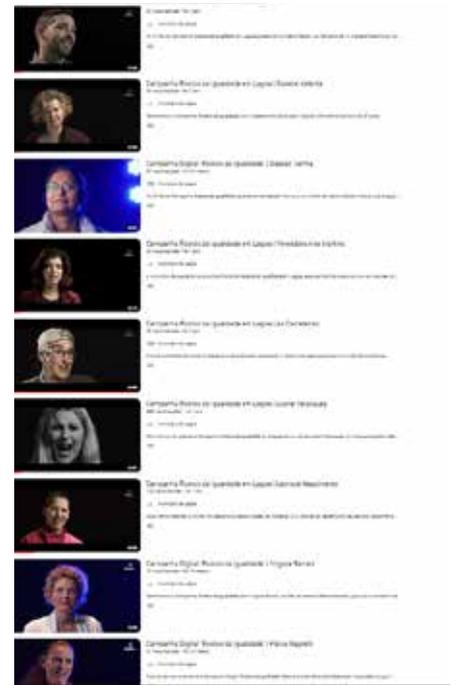
INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL. As cidades devem desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização. Devem dedicar uma atenção especial aos recém-chegados, migrantes ou refugiados, que têm o direito, para além da mobilidade entre países, de sentir livremente a cidade a que chegam como sua e que os seus interesses e necessidades específicos sejam valorizados, bem como os seus conhecimentos e as competências necessários para representarem um papel socialmente apreciado. Devem empenhar-se na promoção da coesão social entre os bairros e os seus habitantes de todas as condições.

LAGOA (ALGARVE) Campanha Digital Rostos da Igualdade

No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Município de Lagoa lançou uma campanha irreverente e inovadora que tem como objetivo a promoção da igualdade de género, contra todas as formas de discriminação. A Campanha digital Rostos da Igualdade decorre no mês de março, nas redes sociais, onde são apresentados vários rostos de pessoas que residem, trabalham e/ou estudam em Lagoa e que diariamente, no seguimento das suas ações promovem a igualdade entre homens e mulheres.

A campanha iniciou-se em 2022 com a Vereadora Ana Martins, considerando a sua participação política e cívica no concelho e a sua representação política autárquica. Também foi apresentado um trabalhador da Câmara Municipal de Lagoa, um forte exemplo de como é importante conciliar a vida profissional, familiar e pessoal, para que seja possível estar presente nos primeiros meses de vida de um/a filho/a. Nos dias seguintes foram apresentadas várias mulheres que exercem funções em áreas onde as mulheres estão sub-representadas, nomeadamente na arte de calçetar, no desporto, proteção civil e na informática. Em 2023 o tema foi a Migração, tendo sido apresentadas três nacionalidades, a brasileira, a indiana e francesa.

A fechar a Campanha, é lançada uma música dedicada a todas as mulheres, na voz de Luana Velasquez, com acompanhamento na viola portuguesa de João Arrobe e com a letra de um jovem



estudante lagoense, Santiago Perdigão – Hino da Igualdade em Lagoa. ■

PRINCÍPIO 17

INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL. As cidades devem desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização. Devem dedicar uma atenção especial aos recém-chegados, migrantes ou refugiados, que têm o direito, para além da mobilidade entre países, de sentir livremente a cidade a que chegam como sua e que os seus interesses e necessidades específicos sejam valorizados, bem como os seus conhecimentos e as competências necessários para representarem um papel socialmente apreciado. Devem empenhar-se na promoção da coesão social entre os bairros e os seus habitantes de todas as condições. Por outro lado, e com o mesmo propósito, trabalharão com grupos autóctones estigmatizados e marginalizados. A Cidade Educadora comprometer-se-á a erradicar todas as formas de violência e assédio, dedicando uma atenção especial à violência de género ou com base na identidade e orientação sexual, origem e etnia, idade, aparência física, etc.

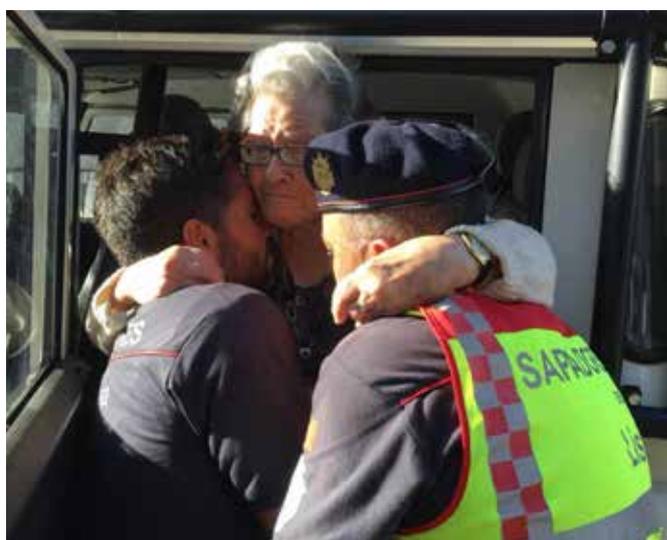
LISBOA

“Lisboa Cidade de Todas as Idades”

A estratégia do Município de Lisboa para os nossos “maiores” tem passado pela promoção de um envelhecimento ativo e saudável, promovendo e apoiando respostas adequadas e integradas, bem como personalizadas e flexíveis, numa articulação efetiva entre os diferentes agentes locais, nomeadamente, com e através dos parceiros da Rede Social de Lisboa. Em 2018, o Município de Lisboa celebrou um protocolo de cooperação para o lançamento e implementação do Programa “Lisboa Cidade de Todas as Idades” com dois objetivos fundamentais: implementar respostas integradas, articuladas e de proximidade e promover a qualificação da intervenção nas áreas do envelhecimento e da longevidade. A 7 de dezembro de 2023, tendo em conta a necessidade de consolidação e crescimento do Programa – agora designado Lisboa Cidade COM VIDA para Todas as Idades – procedeu-se à celebração do Acordo de Cooperação entre o Município, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Instituto de Segurança Social I.P./Centro Distrital de Lisboa, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., a Polícia de Segurança Pública e a Faculdade de Ciências Médicas/Nova Medical School.

Nesta nova fase, pretende-se dar uma resposta integrada à população com 65 ou mais anos, com vista à construção de uma cidade cada vez mais inclusiva, através da promoção de ações de cidadania participativa e de coesão social, de bem-estar e maiores índices de autonomia e independência. O Programa operacionaliza-se através 3 eixos de atuação: Vida Ativa; Vida Autónoma; e Vida Apoiada.

É no eixo da “Vida Autónoma” que se insere o S.Ó.S LISBOA – SERVIÇO MUNICIPAL DE TELEASSISTÊNCIA – projeto que pretende contribuir para a manutenção da autonomia dos seniores no seu domicílio, com dignidade e segurança, proporcionando uma resposta imediata em situação de urgência/emergência, 24 horas por dia, 7 dias por semana, bem como o apoio na solidão a todas as pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade e/ou dependência. Este serviço gratuito encontra-se disponível para os municípios, tendo já sido instalados 2247 equipamentos de teleassistência. Podem beneficiar deste serviço os/as munícipes da cidade de Lisboa com idade igual ou superior a 65 anos, bem como pessoas com deficiência ou doença crónica determinante de incapacidade, igual ou superior a 60%. Os pedidos de adesão poderão ser efetuados à CML pelo próprio, por familiares, através das Juntas de Freguesia, de parceiros da Rede Social de Lisboa ou de outros, nomeadamente, da rede de vizinhança. A instalação é articulada e operacionali-



zada pelo Núcleo de Intervenção Social e de Apoio ao Cidadão (NISAC), do Regimento de Sapadores Bombeiros.

Para além das equipas técnicas do Departamento para os Direitos Sociais e do NISAC, o Serviço conta também com um grupo de voluntários cuja principal missão é contribuir para a redução da solidão e/ou o isolamento social dos beneficiários da Teleassistência, através de um contacto telefónico muito regular.

Preparar a cidade para as novas gerações de idosos implica, inevitavelmente, uma mudança de paradigma, inovação nas respostas e criatividade na intervenção. A cidade de Lisboa já está totalmente comprometida com o Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026 e o caminho a percorrer é muito desafiante! ■

PRINCÍPIO 14
PROMOÇÃO DA SAÚDE. A Cidade Educadora garantirá o crescimento integral e saudável de todas as pessoas, promovendo o seu bem-estar físico, emocional e mental.

Para tal, promoverá o acesso universal aos cuidados de saúde e apoiará ambientes e estilos de vida saudáveis.

A promoção da saúde incluirá a atividade física e educação emocional, afetivo-sexual, alimentar e de prevenção de dependências. Da mesma forma, promoverá a construção da cidade como um espaço onde todas as pessoas se sintam protegidas, favorecendo o envelhecimento ativo e as relações sociais necessárias para combater a solidão e o isolamento.



LOURES WORKSHOP ARTE URBANA

A Câmara Municipal de Loures realiza, com a colaboração de um artista de *street art*, numa ótica de inclusão pela arte, workshops de Arte Urbana, a partir dos quais procura fortalecer a criação de laços de pertença e respeito na tríade basilar da comunidade educativa: escola, família e comunidade, bem como desenvolver sinergias culturais, desconstruindo estereótipos para a promoção de uma profícua integração multicultural.

Entre novembro e dezembro de 2023, o Município de Loures realizou seis workshops em 5 Agrupamentos Escolares, nos quais participaram cerca de 300 alunos que, in loco, aprenderam as diferenças entre arte Urbana e Vandalismo.

Cofinanciado pelo PRR – Comunidades em Ação este é um projeto que se estende até 2025, valorizando as artes de rua (Street Art), dando-lhes um sentido estético e comunicacional.

Dirigido à comunidade educativa de Loures – jovens dos 10 aos 18 anos – cuja diversidade cultural constitui um património humano que importa fortalecer. ■

LOULÉ Centro de Recursos Educativos para a Inclusão – CREI

O Município de Loulé tem como prioridade, garantir o acesso à Educação Inclusiva de qualidade e equitativa, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, contribuir para a redução das desigualdades e continuar a melhorar a capacidade de resposta do Município na área da Educação Inclusiva.

Para responder a esta premissa o Município de Loulé criou a resposta educativa Centro de Recursos Educativos para a Inclusão (CREI). É uma oferta pública, acessível e de carácter gratuito, no âmbito da prestação do serviço de Complemento de Apoio à Família para crianças/jovens com Necessidades Educativas portadores de Deficiência Intelectual e/ou Multifuncionalidade que frequentam o 1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo e Ensino Secundário, abrangidos pelas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão de nível Adicional, previstas no Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho de 2018, que frequentem os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Loulé ou de outros, residentes no Concelho de Loulé.

É uma estrutura onde são desenvolvidas atividades lúdico funcionais, atividades da vida diária, psicomotricidade, atelier das emoções, terapia assistida por animais, que procuram aumentar a autonomia, bem-estar e responder às necessidades individuais de cada criança/jovem promovendo o máximo potencial de cada indivíduo. ■

PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas.





PRINCÍPIO 4

ACESSO À CULTURA. A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência (...)

LOUSADA

“Musicoterapia nas Escolas”

– Música para todos

O município de Lousada é dos mais jovens da Europa e muito atento às necessidades dos seus habitantes. Está preocupado com o acesso a terapias e a atividades que acrescentem às crianças com medidas de suporte de aprendizagem e inclusão competências e que proporcionem momentos de bem-estar. Assim, em parceria com musicoterapeutas foi criado o projeto de Musicoterapia nas Escolas com o objetivo de proporcionar uma experiência musical com promoção na expressão emocional, socialização e melhoria nas habilidades cognitivas e motoras. A musicoterapia consiste no uso da música para fins terapêuticos mediada por um terapeuta devidamente qualificado através de um processo músico terapêutico nos contextos de prevenção/promoção da saúde, tratamento e reabilitação. A integração da musicoterapia no currículo escolar contribui para um ambiente inclusivo, onde os alunos dentro da sua diversidade funcional, são beneficiados e respeitados na sua diversidade. Nesse processo, o musicoterapeuta tem o objetivo de facilitar experiências musicais para que o utente possa lidar com as suas necessidades. Este técnico também analisa e interpreta os conteúdos musicais dentro das sessões com o intuito de compreender como as necessidades, recursos, dificuldades, emoções e pensamentos que se manifestam através de parâmetros musicais tais como ritmo, timbre, melodia, harmonia, volume, fraseado em andamento. As atividades musicais são adaptadas e além de todos os objetivos terapêuticos direcionados a cada grupo/aluno, a promoção da autoestima, concentração e fortalecimento dos laços entre os alunos, professores e a comunidade escolar são a maior mais-valia observada no período de implementação do projeto. ■



PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece.

MARCO DE CANAVESES

Dia Mundial da Bengala Branca

Assinalado pela ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, como o Dia Mundial da Bengala Branca, simbolicamente consagra a orientação e mobilidade no processo de autonomia da pessoa com deficiência visual. A bengala branca representa a independência, liberdade e confiança das pessoas cegas, sendo que a data foi instituída pela Federação Internacional de Cegos, em 1970.

valorização do respeito pelo reconhecimento da autonomia da pessoa com deficiência visual

Refira-se que esta data assinala, assim, a valorização do respeito pelo reconhecimento da autonomia da pessoa com deficiência visual e nesse sentido, o Município do Marco de Canaveses associou-se à ACAPO na dinamização de experiências sensoriais, promovidas no Museu Carmen Miranda e realizada em pares, tais como:

– Visita com olhos vendados, acompanhado por um colega e no percurso de regresso trocam de experiência entre “guia e olhos vendados”;



- Escrever Carmen, de olhos vendados, com recurso a Legos adaptados para braille;
- De olhos vendados, procurar reconstruir a coroa de fruta da Carmen Miranda, com os recursos disponibilizados

Esta foi uma iniciativa pioneira no Marco Cidade Educadora, com um forte cariz de sensibilização, não só para a comunidade que voluntariamente participou, mas em especial, pela oportunidade de ter possibilitado o envolvimento e a participação de gerações mais jovens, pela presença de duas turmas do 2.º ciclo do Agrupamento de Escolas Carmen Miranda. ■

PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação. Tanto a administração municipal, quanto outras administrações que afetam a cidade, são responsáveis por isso. Os cidadãos também deverão comprometer-se com este projeto, pessoalmente ou através das diferentes formas de associação em que estiverem organizados.



MEALHADA

Workshop “Mealhada acessível”

O workshop “Mealhada Acessível”, realizado, no Espaço Inovação Mealhada, no âmbito das iniciativas da Semana Europeia da Mobilidade, trouxe à comunidade casos concretos com que se deparam, diariamente, pessoas com algum tipo de incapacidade, pelas vozes da Accessible Portugal, que desenvolve o projeto AccessTUR. A reter, ficou a ideia de que a sociedade, das instituições às pessoas, deve ter capacidade para acolher, responder e respeitar todos, afastando estereótipos. Ana Garcia, da Accessible Portugal, associação que se dedica a promover o Turismo acessível para todos, afirmou que “sem acessibilidade não há inclusão”. Concretizou, com testemunhos de diversas pessoas, explicando que é positivo existirem infraestruturas de promoção de acessibilidade, mas esta carece de pessoas, não só de especialistas, mas de toda a sociedade, no sentido em que cada um deve ter competências humanas para saber responder e acolher quem tem algum tipo de incapacidade, nomeadamente no setor do Turismo. Na sessão estiveram várias pessoas que testemunharam dificuldades que vivem no seu quotidiano, próprios ou familiares, ficando claro que ainda existem estereótipos que põem em causa a dignidade das pessoas com incapacidade. O projeto AccessTUR – Centro de Portugal é um projeto de promoção do turismo acessível e inclusão social,



MATOSINHOS

Plano local “SOS Ucrânia”

Matosinhos criou o plano local “SOS Ucrânia”, para atender ao fluxo de pessoas deslocadas da Ucrânia, em virtude do contexto de guerra, no sentido de promover o seu acolhimento e atender às necessidades imediatas, numa perspetiva de promoção da sua integração, capacitação e autonomização.

Este plano compreendeu o desenvolvimento de diferentes vertentes de atuação, de entre as quais se salienta a criação e funcionamento de um Centro de Acolhimento Temporário que acolheu 7 famílias num total de 19 pessoas.

O centro foi preparado e mobilado por forma a receber, com todas as comodidades e dignidade, as famílias, tendo para isso contribuído o apoio de várias entidades: o KINDA apoiou em mobiliário; a GALP permitiu, através de cartões Galp Frota, assegurar a distribuição de bens e a garantia de deslocações necessárias para apoio a limpeza de espaços e acesso a lavandaria; a SONAE, que permitiu apoiar várias famílias ucranianas com roupa, bens alimentares, produtos de higiene, pequenos eletrodomésticos, material escolar e brinquedos; a SIMDouro – Grupo Águas de Portugal e o Yacht-

Club do Porto, que também entregaram à autarquia donativos em cartões de compras.

De referir ainda, todos os donativos da comunidade que, com grande afeto, fez chegar à autarquia bens, inclusive doces e brinquedos com mensagens calorosas, para as crianças que chegaram ao centro.

Para além do Centro, destaca-se toda a estreita articulação com serviços das entidades da Rede Social de Matosinhos, a Campanha “Somos Todos Ucrânia” /Frente Atlântica, protocolo estabelecido entre os municípios de Matosinhos, do Porto e de Vila Nova de Gaia, com vista a angariação de bens, disponibilidades de alojamento, ofertas de emprego, ofertas de serviços e voluntários; e todas as ações promotoras de um acolhimento e integração bem sucedida. ■

PRINCÍPIO 17

INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL. “As cidades devem desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização.

Devem dedicar uma atenção especial aos recém-chegados, migrantes ou refugiados, que têm o direito, para além da mobilidade entre países, de sentir livremente a cidade a que chegam como sua e que os seus interesses e necessidades específicos sejam valorizados, bem como os seus conhecimentos e as competências necessários para representarem um papel socialmente apreciado. Devem empenhar-se na promoção da coesão social entre os bairros e os seus habitantes de todas as condições.

Por outro lado, e com o mesmo propósito, trabalharão com grupos autóctones estigmatizados e marginalizados.

A Cidade Educadora comprometer-se-á a erradicar todas as formas de violência e assédio, dedicando uma atenção especial à violência de género ou com base na identidade e orientação sexual, origem e etnia, idade, aparência física, etc.”



promovido pela Accessible Portugal, com o apoio da Turismo do Centro e das sete Comunidades Intermunicipais (CIM's) que compõem o território, que visa a qualificação da oferta turística; a qualificação da procura turística; bem como a desmistificação dos preconceitos e estereótipos sobre as pessoas com deficiência ou algum tipo de característica diferenciadora/ necessidades especiais. ■

PRINCÍPIO 12

ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS. O governo municipal deve criar e zelar pela manutenção de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento e bem-estar pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, dotando-os de profissionais com formação específica para dar apoio às crianças, aos adolescentes e aos jovens, bem como aos seniores e às pessoas com diversidades funcionais.



MONTIJO

Projeto 'Vira a Página'

Os formandos e docentes dos Cursos EFA de nível básico e secundário do Estabelecimento Prisional de Montijo, promovidos respetivamente pelo AE de Montijo e pela ES Jorge Peixinho, assinalaram a comemoração do Dia Internacional de Educação nas Prisões, para destacar a importância do desenvolvimento de programas de educação/formação para a reinserção de homens e mulheres em situação de privação da liberdade. Conforme salientado pelas coordenadoras dos Cursos EFA, "com o objetivo de destacar a importância da educação em meio prisional, e em linha com os princípios do Montijo enquanto Cidade Educadora, as equipas pedagógicas promoveram a reflexão sobre a relevância do acesso da população reclusa à Educação/Formação (...), podendo levar a uma melhor reintegração na sociedade e no mercado de trabalho, pois promove a alteração de comportamentos e a aquisição de conhecimentos essenciais." A partir desta reflexão, os formandos concretizaram o projeto "Vira a Página". Promovendo uma aprendizagem ativa, e em parceria com o Espaço Maker em Movimento (EMM) da Câmara Municipal, desenvolveram e exploraram novas ideias e soluções nas áreas das STEAM. Com recurso a materiais e equipamentos disponibilizados pelo EMM e com o apoio dos técnicos da Autarquia, os formandos montaram um cenário com materiais reciclados que serviu de base para a criação de um pequeno filme de animação em Stop Motion, o qual incorpora reflexões sobre a impor-



tância da educação em meio prisional e frases que foram escritas e selecionadas pelos formandos. Este cenário é constituído por três partes: a primeira, escura e pesada e simboliza o peso da reclusão; a segunda e terceira, mais leves e luminosas, representam a libertação alcançada através da educação. No âmbito das comemorações do Dia Internacional das Cidades Educadoras, foi realizada uma exposição para divulgação e reflexão sobre o projeto “Vira a Página”. ■

reflexão sobre a relevância do acesso da população reclusa à Educação/ Formação (...), podendo levar a uma melhor reintegração na sociedade e no mercado de trabalho

PRINCÍPIO 2

POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA. Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um dos seus bairros. As políticas municipais de educação serão sempre entendidas como referidas a um contexto mais vasto inspirado nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção de seus habitantes.

MOURA

Projeto “Semente de Valores”

A Biblioteca Municipal Urbano Tavares Rodrigues desenvolve, desde o ano letivo 22/23, o Projeto Educativo “Semente de Valores” no 2º ciclo dos Agrupamentos de Moura e Amareleja. As sessões têm uma periodicidade mensal e uma duração de 45 minutos.

Atualmente, no meio escolar, deparamo-nos com fenómenos negativos, como *bullying*, baixa autoestima, intolerância, agressividade, entre outros. O projeto ambiciona melhorar as competências emocionais e sociais dos mais jovens. O Semente de Valores surge como um auxiliar de apoio às escolas, com vista à utilização de diferentes abordagens de prevenção e intervenção face a estes fenómenos.



O projeto pretende atuar na área da educação emocional, com o objetivo de promover a inclusão, potenciar competências como a criatividade, a autoestima e a colaboração e estimular hábitos de leitura. Através da leitura em voz alta das obras selecionadas, seguida de dinâmica de exploração, visa o desenvolvimento da inteligência emocional e social ao longo de 3 etapas:

- Autoconsciência emocional (identificar e compreender as emoções);
- Autocontrolo emocional (aprender a manter a calma);
- Consciência social (saber colocar-se no lugar do outro). ■

PRINCÍPIO 20

Educação para uma cidadania democrática e gLoBAL. A Cidade Educadora deve oferecer a toda a população formação em valores e práticas de cidadania democrática que promovam o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pelo que é público e o comprometimento com o bem comum.



ODEMIRA BOWING

O Projeto Bowing, realizado pela entidade Lavar o Mar em parceria com o Município de Odemira, foi um projeto de arte participativa com dois anos de duração. A intenção foi aplicar e investigar métodos de integração e inclusão social através da prática artística, utilizando a dança e a música como linguagens essenciais. Os espetáculos integraram homens, mulheres e famílias residentes no concelho e oriundos de outros países, abrangendo mais de 1500 participantes indiretos: familiares, amigos, colegas e professores, outros imigrantes e população autóctone.

O objetivo foi criar processos de participação em atividades artísticas de forma regular e duradoura, que permitissem a aproximação e o diálogo entre os imigrantes e a população autóctone, desenvolvendo o conhecimento da língua portuguesa, como elemento chave para o início de uma integração real; fortalecer o auto-conceito, a auto-identidade pessoal e cultural, a sensação de pertença e de contributo positivo para o local onde estavam.

No plano de trabalho em contexto escolar e pós-escolar, procurou-se apoiar os professores no trabalho de integração dos alunos oriundos de realidades muito díspares, matriculados nos Agrupamentos de Escolas de São Teotónio e de Odemira, com a maior percentagem de alunos estrangeiros. Os participantes diretos foram imigrantes de duas grandes produções agrícolas, alunos imigrantes e portugueses de tur-



mas multiculturais dos agrupamentos de escolas referidos, assim como crianças e adolescentes estrangeiros que frequentam o Espaço ST (Programa Escolhas) em São Teotónio. Ao longo de 2 anos, estes grupos participaram em laboratórios artísticos semanais nas áreas da dança e da música, e na partilha de experiências pessoais e culturais, possibilitando a comunicação e junção entre as culturas dos participantes envolvidos e a local.

Com o apoio de uma equipa artística adicional, este trabalho resultou na realização de dois momentos performativos em se desenrolaram em diferentes ruas e edifícios de São Teotónio, em 2021, e de Odemira em 2023, com o foco na aproximação e no encontro empático entre culturas, entre todos, participantes e espetadores.

Recentemente foi lançada a plataforma bowing.pt onde podem ser consultada informação sobre esta atividade. ■

PRINCÍPIO 3

DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

ODIVELAS Diálogo Inter-Religioso / Migrações

Odivelas é um concelho de pequena dimensão geográfica, mas de uma dimensão humana imensurável. Em apenas alguns Km2 residem cidadãos e cidadãs dos quatro cantos do mundo. Procurando melhorar a sua vida, buscam em Odivelas um refúgio e um local onde possam viver em paz e harmonia, mantendo a sua identidade e em simultâneo adaptando-se à cultura portuguesa. Consciente da importância das diferenças e da forma como as religiões se relacionam, o Município de Odivelas procura promover a partilha, o conhecimento e a desmistificação entre as comunidades e a população em geral, impulsionando a comunicação e

construindo a paz através do bom relacionamento entre todas as religiões e crenças. Através do desenvolvimento de projetos e atividades que promovam a plena integração e inclusão na sociedade portuguesa, o res-



peito pela diversidade religiosa, a mediação, a educação e os direitos, prestando apoio logístico às diversas comunidades e partilhando com elas o envolvimento anual em diferentes momentos tem com o objetivo que as diferenças sejam conhecidas, respeitadas, compreendidas e integradas pelas comunidades religiosas, mas sobretudo pela população em geral. Neste sentido, o Município de Odivelas enquadra o Diálogo Inter-Religioso como uma estratégia central no acolhimento e inclusão da população migrante no concelho. As comunidades religiosas representam um elo de acolhimento, procurando assim a familiarização da população com o que é diferente, aproximando e quebrando barreiras. Desde 2008, que o município desenvolve diversas iniciativas, como Oração pela Paz, a Carta das Religiões de Odivelas (documento único e inovador), a Semana da Harmonia Inter-religiosa e do Diálogo Intercultural, a introdução do menu halal na alimentação escolar são pioneiras e demonstram a abertura e aceitação da riqueza cultural e servem de exemplo a outros municípios. ■



PRINCÍPIO 3

DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. A cidade promoverá a educação na diversidade para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e outros grupos étnicos objeto de discriminação, bem como a paz no mundo. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

OEIRAS

Projeto

Aprender em Círculo



O Projeto “Aprender em Círculo” decorre da parceria estabelecida, entre o Ministério da Administração Interna (MAI), o Município, no âmbito do seu Departamento de Desenvolvimento Social, e a Florescer – Associação de Educação Global, desenvolvendo a sua atividade no Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro (AR) em Porto Salvo, Oeiras.

Pretende que a capacitação do Trabalho em Círculo, nas escolas, permita o desenvolvimento de uma equipa de professores-facilitadores disponíveis para trabalhar de um modo sistémico e integral, promovendo uma cultura de círculo que se considera como a fundação da implementação de uma abordagem reparadora da disciplina, paz e resiliência nas escolas.

As ações visam a construção de competências socioemocionais para toda a comunidade de aprendizagem, para que se aumente a autodisciplina e a capacidade de lidar com conflitos. As práticas de aprendizagem são perspetivadas num prisma positivo constitutivo: do castigo à reflexão, do conflito



OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Parque Inclusivo

ao consenso, da competição à colaboração. O propósito é promover ferramentas práticas de valorização de todas as pessoas envolvidas, construindo pontes para uma comunicação autêntica, potenciadora de aprendizagens significativas e para uma cidadania ativa e colaborativa. Mediante atividades práticas, participativas e inclusivas, os destinatários das ações do Projeto Aprender em Círculo desenvolvem as bases para cocriarem um sistema escolar mais solidário, na construção do bem comum.

Este projeto têm como principais objetivos: desenvolver práticas colaborativas e experienciais na educação; capacitar os agentes multiplicadores para processos de mudança na escola; melhorar a participação, a comunicação e a motivação para a aprendizagem, contribuindo para a melhoria do sucesso escolar; contribuir para o sucesso e para o desenvolvimento de um ambiente escolar saudável; promover redes de cooperação entre a comunidade escolar e a rede social local; e construir as bases de um sistema humanitário de democracia participativa, promovendo a igualdade de oportunidades na educação.

No âmbito deste Projeto são desenvolvidas, entre outras, sessões de formação-ação com crianças e professores; sessões de Tutoria/ Coaching para professores e sessões de Mentoria/ Coaching para grupos de Jovens. Os resultados da avaliação demonstram o importante contributo do Projeto no combate ao insucesso escolar e abandono escolar precoce. ■

PRINCÍPIO 20

EDUCAÇÃO PARA UMA CIDADANIA DEMOCRÁTICA E GLOBAL. A Cidade Educadora deve oferecer a toda a população formação em valores e práticas de cidadania democrática que promovam o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pelo que é público e o comprometimento com o bem comum.

No dia em que celebrou o 225.º aniversário da elevação de Oliveira de Azeméis a concelho – 5 de janeiro – a Câmara Municipal inaugurou o primeiro Parque Inclusivo do concelho. Este parque, que detém uma área de cerca de 8000 metros quadrados, está muito próximo da Escola Básica e Secundária Soares Basto, da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro e da Escola Básica n.º 4 de Oliveira de Azeméis, ou seja, está preparado para servir a comunidade escolar destes estabelecimentos de ensino, mas também a restante comunidade, numa lógica de inclusão e de acessibilidade a todas as pessoas.

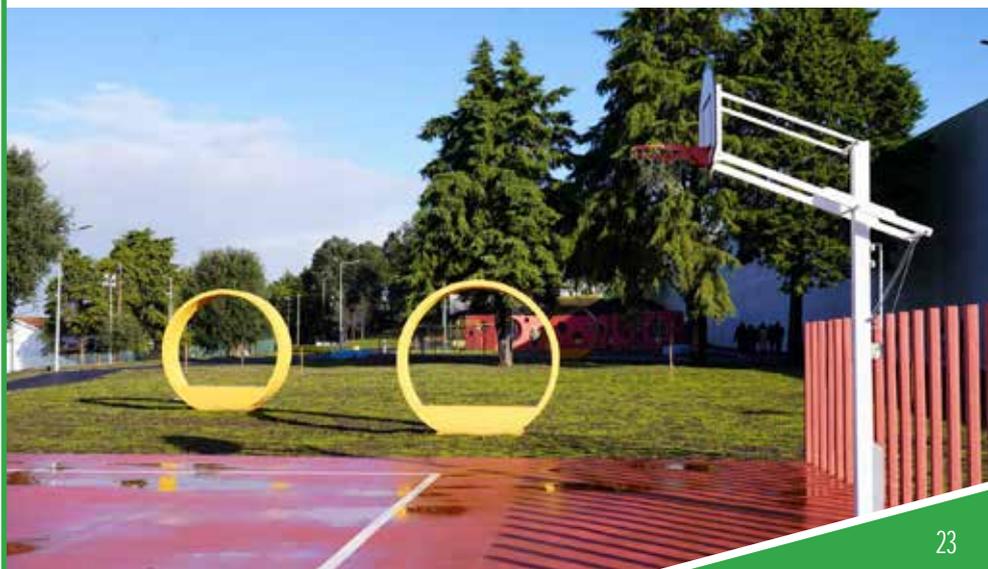
A devolução deste espaço à comunidade, além de ligar todas as respostas referidas, permite a consolidação da transição da zona desportiva à zona mais histórica. Um espaço de encontro, inclusivo, dotado de alguns circuitos para caminhada ou corrida, de equipamentos para a manutenção da boa forma física e de um pequeno campo de jogos, equipado com uma tabela de basquetebol.

Um espaço em que árvores com dezenas de anos, nomeadamente alguns sobreiros de beleza imponente, tornam o local um lugar de maior recolhimento, afastado que está, de vias rodoviárias com tráfego intenso. O silêncio que induz à reflexão ou à leitura é também uma opção de permanência para quem o possa procurar. Aos poucos, Oliveira de Azeméis vai requalificando e devolvendo à fruição pública espaços que não estavam condignamente a servir a população, um caminho que deve continuar a merecer todo o trabalho dos seus autarcas.

Que todas as pessoas possam, agora, utilizar o espaço com intensidade, respeito e civismo. ■

PRINCÍPIO 11

ESPAÇO PÚBLICO HABITÁVEL. O ordenamento do espaço público deverá ter em conta as necessidades de acessibilidade, cuidado, saúde, convívio, segurança, jogo, esparecimento e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. A Cidade Educadora prestará uma atenção especial às necessidades da infância, das pessoas com diversidade funcional e dos idosos na sua planificação urbanística, equipamentos e serviços, de forma a garantir-lhes um ambiente amigável e respeitador, no qual se possam deslocar com a máxima autonomia possível. Da mesma forma, garantirá um urbanismo com perspetiva de género. Estes múltiplos olhares garantirão um espaço urbano ao serviço das cidadãs e dos cidadãos. As Cidades Educadoras promoverão a instalação de áreas de jogo e de desportos ao ar livre que fomentem o contacto com a natureza e promovam o relacionamento social. (...)





PAMPILHOSA DA SERRA

Observatório da 3.^a Idade

No âmbito de uma política social focada nas necessidades e vulnerabilidades sociais da população mais idosa do Concelho, o Município de Pampilhosa da Serra em estreita articulação com os Parceiros Locais criou em 2015 o Observatório da 3.^a Idade.

Este programa surge da necessidade de identificar e dar resposta a situações de isolamento e solidão de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que se encontram a viver sozinhas, isoladas (ao nível pessoal, social e/ou geográfico), sem ou com uma parca rede de suporte (familiar e social) e em risco de exclusão social.

Atualmente encontram-se abrangidos pelo programa cerca de 400 idosos, correspondente a 21% do total de idosos residentes no Concelho com idade igual ou superior a 65 anos.

A intervenção é feita de forma contínua e individualizada, através de uma equipa multidisciplinar, composta por técnicos do Município, colaboradores das Juntas de Freguesia e voluntários, que vão a casa destes idosos, com vista a identificar problemas e criar soluções que promovam, o seu bem-estar físico e psicológico, as relações interpessoais e a inclusão social.

Para planear de forma sustentada a intervenção e as respostas a acionar, é traçado um Plano de Acompanhamento Individual, com diferentes abordagens de intervenção, centrada no perfil, nas necessidades e nas expectativas individuais.

Para além das diferentes atividades de cariz lúdico e social que são promovidas no âmbito do Observatório da 3.^a Idade, de forma individual e em grupo, das quais destacamos a estimulação através da memória autobiográfica, da leitura, da música e da arte, a promoção do exercício físico e mental, o acesso às novas tecnologias, os

PALMELA

«Laços de Leitura»

A biblioteca pública, para além da função educativa, informativa, cultural e recreativa é um espaço de socialização que contribui para a promoção da cidadania democrática dos seus utilizadores. O seu espaço e funcionamento devem também ser estruturados em função do utilizador com deficiência, proporcionando-lhe um espaço acessível. Desta forma, a Biblioteca corporiza-se como um local de diversidade e inclusão para toda a comunidade.

«Laços de Leitura» é uma atividade de animação e mediação da leitura que visa o desenvolvimento da literacia e a inclusão social da pessoa com deficiência. Desenvolvida pelo Serviço Educativo do Museu e Biblioteca, em parceria com a Fundação COI, dirige-se aos utentes do Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência.

Deu-se início à atividade a 22 de março de 2023, e decorre, mensalmente, na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo ou noutros locais, através da realização de diversas atividades no âmbito da mediação da leitura, da integração social do grupo e da ampliação das suas competências de literacia. A mediação da leitura, por meio da contação de histórias, permite despertar lem-

branças, sensações e vivências através da narrativa, priorizando o papel da afetividade nesse processo («o afeto é a ponte entre o livro e o leitor»). Os objetivos gerais deste projeto são desenvolver as competências pessoais e sociais e a sua capacidade de comunicação. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se proporcionar experiências enriquecedoras no espaço da biblioteca pública, despertar o gosto pela leitura e escrita, dar a conhecer obras de literatura e da tradição oral, desenvolver a criatividade e expressividade, permitindo que todos possam exprimir as suas emoções e identificar as suas necessidades. Desenvolve-se, também, fora das portas da biblioteca, como no castelo ou em museus, onde podemos criar laços. ■

PRINCÍPIO 4

ACESSO À CULTURA. “A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais”.





PAREDES Escola Mais Inclusiva (EMI)

O projeto Escola + Inclusiva é um programa integrado e diversificado de apoio a alunos (em particular do 1.º ciclo de escolaridade) e respetivas famílias, com perfis mais vulneráveis e de risco (pobreza, contextos familiares desestruturados e de baixa funcionalidade, afetados por traumas, entre outros), visando o combate ao abandono e insucesso escolares, assim como um maior bem estar desses públicos desfavorecidos. Este projeto é financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência através do Plano de Ação de Suporte à Operação Integrada em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto – Território de Intervenção AMP Oriental.

Apesar do combate ao insucesso e ao abandono escolares serem um problema que já teve mais significado, e de as taxas terem vindo a diminuir, no concelho de Paredes há fragilidades as quais é importante dirimir. Essas fragilidades foram evidenciadas pela pandemia por Covid 19 quando se verificou que muitos alunos não tinham possibilidade de aceder ao ensino virtual, quer por não possuírem meios técnicos, quer por não terem retaguarda que os apoiasse na utilização dos equipamentos disponibilizados. A literacia digital afigura-se



assim como potenciadora da inclusão social e permite a estruturação de projetos de vida mais sustentáveis. Esta operação incorpora um elevado nível de inovação, traduzido nomeadamente em novas metodologias e abordagens utilizadas como a utilização da tecnologia e robótica para motivação e envolvimento de alunos, promovendo a inclusão e a literacia digital. ■

PRINCÍPIO 11
ESPAÇO PÚBLICO HABITÁVEL. As intervenções destinadas a corrigir as desigualdades podem assumir múltiplas formas mas deverão partir de uma visão global do indivíduo, de uma conceção global que satisfaça os seus interesses, assim como do conjunto de direitos comuns a todos. Qualquer intervenção significativa pressupõe a garantia, através duma responsabilidade específica, da coordenação entre as Administrações implicadas e os respetivos serviços.

passeios e os intercâmbios culturais, estes são ainda motivados a participar noutras que promovam o convívio, a socialização, os afetos e que criem sentimentos de pertença ao grupo e à comunidade. ■

PRINCÍPIO 18
CORRESPONSABILIDADE CONTRA AS DESIGUALDADES. As intervenções dedicadas ao combate às desigualdades podem assumir múltiplas formas, mas devem partir de uma visão global dos direitos e interesses da pessoa. Qualquer intervenção significativa nesta área deve garantir a corresponsabilidade e coordenação entre as administrações envolvidas e os seus serviços, assentando no melhor conhecimento que a administração local possui das necessidades e do território. Na luta contra as desigualdades, também será incentivada a cooperação entre as administrações e a sociedade civil organizada, ONG, organizações sem fins lucrativos, comunidade empresarial e outras iniciativas privadas.



PENAFIEL

Cidades Inclusivas



O Município de Penafiel tem procurado, ao longo dos últimos anos, implementar uma política de proximidade com a sua população, disponibilizando um conjunto de programas e iniciativas promotoras da inclusão social.

Com a Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e a Comissão Municipal de Proteção do Idoso, asseguramos uma intervenção multidisciplinar focada na promoção

mento saudável e ativo, disponibilizando atividades adaptadas aos problemas de saúde que tendem a ser recorrentes nesta faixa etária.

Os grupos economicamente desfavorecidos também são alvo da nossa atenção. No âmbito do Plano Municipal Solidário, é acionado um conjunto extenso de medidas de apoio social, traduzindo-se num auxílio fundamental para as famílias penafidenses ao permitir-lhes um acesso mais facilitado aos bens essenciais (habitação, água e saneamento, alimentação e energia). O facto da cidade dispor de 7 Balcões Sociais distintos, em constante articulação com a autarquia, permite uma capacidade de resposta mais diligente e específica a cada problema.

Para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, o Balcão de Inclusão presta um serviço de atendimento especializado sobre esta temática.

Consciencializados com as dificuldades que os cidadãos do concelho com problemas oncológicos vivem no seu dia-a-dia e com a importância de terapias em paralelo, o Município criou o Gabinete de Psico-Oncologia para facultar apoio a todos os doentes, familiares e profissionais de saúde.

Por fim, salienta-se ainda o trabalho desenvolvido no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não-Discriminação, através do qual se fomenta a sensibilização para a desconstrução de estereótipos de género, para a promoção da igualdade, inclusão e participação, bem como a integração da população emigrante e imigrante. ■

política de proximidade com a sua população, disponibilizando um conjunto de programas e iniciativas promotoras da inclusão social

PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspetos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares. Para o planeamento e governo da cidade, tomar-se-ão as medidas necessárias tendo por objetivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal, como outras administrações que têm uma influência na cidade, e os seus habitantes deverão igualmente comprometerem-se neste empreendimento, não só ao nível pessoal como através de diferentes associações a que pertençam.

dos direitos destes grupos e na resposta a situações que possam comprometer a sua segurança, saúde e bem-estar. Através do Programa Cidade Amiga das Crianças, potencia-se a articulação de todos os setores de atuação do município e o estabelecimento de parcerias com instituições da comunidade para o desenvolvimento de um plano de ação que promova os direitos e interesses das crianças.

Programas como o “Diabetes em Movimento” e o “Campeonato de Boccia Sénior” têm como foco o envelheci-



PENALVA DO CASTELO

Palestra “TRANSBORDANDO O MEU CORPO”

Assinala Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

De forma a promover a troca ativa de ideias sobre o papel da escola e a sua relação com a inclusão de todas as pessoas na sociedade realizou-se, no passado dia 7 de dezembro, na Escola EB 2,3/S de Penalva do Castelo a palestra “Transbordando o meu corpo”, dinamizada por intérpretes do grupo de dança inclusiva “Dançando com a Diferença”.

Ao longo da palestra, Cuca Calheiros, bailarina e técnica de comunicação desta associação falou, na primeira pessoa, da sua história de vida enquanto pessoa com deficiência e de como o projeto de dança inclusiva contribuiu para conhecer o que é a verdadeira inclusão, valorizar as suas capacidades e competências e para a sua inserção no mercado de trabalho. Além da intervenção de Cuca, Teresa, também bailarina da associação deu a conhecer alguns dos trabalhos realizados e respondeu a questões colocadas pelos alunos.

Esta iniciativa procurou assinalar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência junto de uma turma do 7.º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo, sensibilizando alunos/as e comunidade educativa para este tema, contribuindo para a modificação da imagem social das pessoas com deficiência, para a valorização das suas capacidades e não discriminação. ■

PRINCÍPIO 3

DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. A cidade educadora promoverá a educação na diversidade para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e outros grupos étnicos objeto de discriminação, bem como a paz no mundo. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem.



PORTO

Balcão de Inclusão

Vivemos tempos desafiantes (...) sendo fundamental criar comunidades mais inclusivas e amigáveis para todas as pessoas, incluindo para pessoas com deficiências ou incapacidades.

(Fernando Paulo – Vereador da Educação e da Coesão Social)



Criado pelo Município do Porto em 2018 com base no protocolo de cooperação com o Instituto Nacional de Reabilitação (INR), o Balcão de Inclusão pretende reforçar a rede de serviços de atendimento especializado para pessoas com deficiência, incapacidade ou necessidades especiais, familiares e organizações/entidades que intervêm na área mencionada.

Disponibiliza um conjunto integrado de meios para acesso à informação e resolução de questões, com vista à melhoria da qualidade de vida das pessoas e ao pleno exercício da sua cidadania. Objetiva promover a inclusão social da pessoa com deficiência, incapacidade ou necessidades especiais; garantir um atendimento personalizado e qualifi-



cado; prestar o apoio necessário ao estabelecimento dos contactos com outros organismos da Administração Pública; e colaborar com todas as Unidades Orgânicas, sempre que estejam em causa questões relacionadas com a problemática da inclusão, de forma a garantir uma efetiva coesão social.

O Balcão é operacionalizado pelo Departamento Municipal de Coesão Social e possui um serviço de atendimento técnico especializado, constituído por uma equipa multidisciplinar que concretiza uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que diretamente atuam nestas problemáticas.

O Balcão de Inclusão disponibiliza informação presencial, por telefone e/ou por escrito sobre direitos e benefícios, de acordo com a legislação em vigor. Funciona de segunda a sexta-feira das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00, sendo um local com condições de acessibilidade para os utentes com deficiência e incapacidade.

Desde a sua criação até hoje, efetuou mais de mil atendimentos. ■

PRINCÍPIO 12

ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS. O governo municipal deve criar e zelar pela manutenção de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento e bem-estar pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, dotando-os de profissionais com formação específica para dar apoio às crianças, aos adolescentes e aos jovens, bem como aos seniores e às pessoas com diversidades funcionais.

PÓVOA DE LANHOSO

Café Concerto Inclusivo

Para Maria Cardoso (2011) *“O conceito de deficiência está intimamente relacionado com a construção social que dele se faz e, ao longo dos tempos, tem vindo a ser encarado de diferentes formas acompanhando a evolução dos sistemas sociais e políticos”*. Enquanto Autarquia, a Póvoa de Lanhoso adota uma visão de inclusão e igualdade numa perspetiva bastante generalizada e o Café Concerto inclusivo é um dos vários exemplos que demonstram esta visão.

O Café Concerto Inclusivo é uma atividade que ao longo dos anos tem vindo a proporcionar a inclusão de grupos específicos. Com maior enfoque na pessoa com deficiência, este evento coloca essas pessoas, utentes de IPSS e estudantes, num papel de protagonistas, promovendo momentos verdadeiramente inclusivos. A este grupo específico, associam-se outros, também com características singulares, as pessoas sénior, jovens e crianças.

Para Café Concerto Inclusivo a comunidade é convidada a sentar-se a uma mesa, a beber um café, um chá, um sumo ou simplesmente a assistir a um espetáculo variado proporcionado maioritariamente por pessoas com deficiência. Estes momentos são ainda acompanhados por doces confeccionados pelas pessoas que estão a atuar à sua frente. É a inclusão no seu maior esplendor.

Promovido anualmente, há cerca de uma década e integrado na Semana Muni-



pal para a Igualdade e Não Discriminação que a Autarquia dinamiza, o Café Concerto Inclusivo objetiva, para além de proporcionar momentos felizes aos/às seus/suas intervenientes, que se tornam atores/atrizes, cantores/as, poetas, etc, também permite desconstruir estereótipos e preconceitos existentes na sociedade e que afetam maioritariamente determinados grupos.

Sintetizando e usando Isabel Jonet, (2017), *“No mundo atual onde os fenómenos de exclusão tendem a aumentar em quantidade e severidade, (...) a cidadania tem que fazer parte de uma cultura de civismo”*. Já neste evento são mostradas as competências e imensas capacidades destas pessoas, assim como a alegria, energia e vontade de viver e dar vida que eles e elas têm. Tal como nos diz Francisco Teixeira da Mota (2017), *“é preciso apostar numa sociedade mais livre e consciente, sem respeitar cegamente as verdades estabelecidas”* e para isso convocamos ano após ano a sociedade a constatar por si a verdade, rompendo desta forma a ideia preconcebida, mas completamente errónea de que as pessoas com deficiência são consideradas incapazes, improdutivos ou sem valor... um peso para a sociedade”. ■

PRINCÍPIO 18.

CORRESPONSABILIDADE CONTRA AS DESIGUALDADES. As intervenções dedicadas ao combate às desigualdades podem assumir múltiplas formas, mas devem partir de uma visão global dos direitos e interesses da pessoa. Qualquer intervenção significativa nesta área deve garantir a corresponsabilidade e coordenação entre as administrações envolvidas e os seus serviços, assentando no melhor conhecimento que a administração local possui das necessidades e do território. Na luta contra as desigualdades, também será incentivada a cooperação entre as administrações e a sociedade civil organizada, ONG, organizações sem fins lucrativos, comunidade empresarial e outras iniciativas privadas.



SANTO TIRSO

Inclusão pela literacia digital

Uma Cidade Educadora não deve descurar as diferentes dimensões e desafios que atravessam as experiências contemporâneas, designadamente as que sucedem do desenvolvimento do mundo digital.

A partir dessa premissa, a Câmara Municipal de Santo Tirso tem procurado incrementar as ações inscritas no seu Plano Municipal para as Competências Digitais. Esta iniciativa, da qual o município de Santo Tirso foi pioneiro a nível nacional, integra um conjunto de ações, em diferentes áreas, com o objetivo de aumentar a literacia digital da população e, através disso, possibilitar o acesso a mais e melhores oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal.

Aliando a literacia digital à educação para a cidadania, a ação “Mentoria para a Inclusão Digital” concorre para esse objetivo. Ajudando a promover as competências digitais dos seniores e a fomentar a capacidade de intervenção e participação social e cívica dos jovens, este projeto contribui para a sua educação não formal e para o desenvolvimento de relações interpessoais e sociais entre as diversas gerações.

É assumido que a inclusão no mundo digital pode ser um veículo ou potencializar a inclusão noutras esferas da sociedade e levar, designadamente, a uma maior participação cívica, a uma maior autonomia, a um aumento do capital social, melhor saúde e qualidade de vida.

Neste reconhecimento, a Câmara Municipal tem também em curso o projeto “Eu a minha reforma”. Este programa de capacitação, também dirigido à população sénior, visa o desenvolvimento de competências com vista à sua melhor sustentabilidade financeira, bem-estar e qualidade de vida.

A literacia digital é assumida pelo município como uma alavanca para a igualdade de oportunidades em diferentes áreas. Na Educação, há uma clara aposta em projetos tecnológicos de âmbito inovador, como é o caso da robótica e das ciências experimentais, que incentivam à capacitação digital dos mais jovens.

Hoje, mais do que nunca, é preciso capacitar as organizações e as pessoas para atingirem o seu maior potencial, com a tecnologia como alavanca para promover o acesso democratizado à informação, à Educação e ao desenvolvimento. A Educação continua e irá continuar a ser o principal vetor de transformação social, sendo responsabilidade de todos contribuir para uma Educação ao longo da vida, mais inclusiva e integral. ■

PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. “...Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece...”

SESIMBRA

SESIMBRA.INCLUI – Ateliês.OCUPA

O projeto Ateliês.OCUPA insere-se no âmbito do projeto SESIMBRA.INCLUI que prevê um conjunto de ações a dinamizar na área da deficiência e da inclusão. É direcionado à população infanto-juvenil com Necessidades Educativas e visa a ocupação de tempos livres no período de pausas letivas. Abrange a participação de um grupo bastante heterogéneo e é gratuito.

O projeto tem dois objetivos principais: mitigar a lacuna na oferta de respostas para a ocupação de tempos livres das crianças/jovens com NEE viabilizando o descanso do cuidador/família e/ou que estes mantenham as suas atividades de vida diárias/trabalho e proporcionar experiências diversas quer em atividades quer em espaços aos participantes.

A organização é do município em parceria com o Centro de Recursos para a Inclusão da Cercizimbra e é dinamizado com a colaboração dos agrupamentos de escola do concelho.

O programa prevê a dinamização de diversos ateliês/atividades, em contexto de sala e outdoor durante as três primeiras semanas de julho nos dias úteis, das 9h às 17h. Promove a participação em atividades artísticas e físicas, adequadas ao perfil do público-alvo. Diariamente, estes são acompanhados por um adulto de referência, sendo que o rácio aproximado é de um acompanhante por cada dois participantes.

Os participantes são indicados pelo Centro de Recursos, em função das suas necessidades, contexto familiar, inexistência de outra resposta inclusiva ou se verifique inviável o acesso a serviço idêntico por motivo de idade, especificidades da problemática ou razões socioeconómicas. Os participantes devem estar inscritos ou a frequentar os Centros de Apoio à Aprendizagem e/ou residir no concelho de Sesimbra. Outro imperativo é que o acompanhante conheça previamente a criança/jovem, bem como a sua problemática.

A participação nos Ateliês.OCUPA proporciona momentos de convívio e diversão num ambiente informal, seguro e inclusivo, cuja vivência favorece o desenvolvimento de competências individuais e estimula sentimentos de satisfação e bem-estar nos seus participantes. ■

PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. “Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece”.



SETÚBAL

Recurso pedagógico “Podes ser o que quiseres”

A escola tem um papel transformador na formação das crianças e jovens educando para a consciencialização de temas fundamentais como a cidadania e os direitos humanos e promovendo os conhecimentos, as atitudes e as competências que contribuem para a desconstrução de estereótipos e preconceitos. “Temos direito aos nossos direitos” é um pacote pedagógico dirigido a crianças do 1º ciclo subordinado a temas relacionados com os direitos sociais e os direitos humanos, a interculturalidade, a igualdade entre mulheres e homens e a prevenção da violência no namoro. No ano letivo 2022/2023 foi dinamizado o projeto educativo pela equipa técnica da Divisão de Direitos Sociais e Saúde da Câmara Municipal de Setúbal, concretizado em três sessões, envolvendo cinco turmas do 4.º ano da EB1 do Viso e EB1 do Casal das Figueiras. Inspiradas na obra de promoção da igualdade entre todas as pessoas “Todos fazemos tudo”, da autoria de Madalena Matoso, as crianças das turmas referidas criaram o Recurso Pedagógico, no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, “Podes ser o que quiseres”. O livro é composto por 87 desenhos que proporcionam várias combinações possíveis entre diferentes personagens e tarefas.



Foram envolvidas 87 crianças, 5 professoras e 1 professor e ainda 1 psicóloga do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas. ■

PRINCÍPIO 3

DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. A cidade promoverá a educação na diversidade para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e outros grupos étnicos objeto de discriminação, bem como a paz no mundo. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.



SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência



O Município de Sobral de Monte Agraço promoveu a apresentação da peça de teatro “A Viagem”, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, pelo Gabinete de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras, em estreita parceria com a Associação Cabra Cega. O grupo de teatro é constituído por atores que apresentam especificidades visuais que representaram a peça sob o mote “para onde vamos quando viajamos? Que bagagens nos pesam?”

A peça decorreu com interpretação de Língua Gestual Portuguesa e recursos a áudio descritores, tornando assim esta, uma experiência verdadeiramente inclusiva.

Assinalando ainda a mesma efeméride, realizou-se no Auditório Municipal de Sobral de Monte Agraço, a palestra “Conversas sobre Autismo” pela Federação Portuguesa de Autismo. Tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento de comunidades inclusivas, e sensibilizar para os direitos das pessoas com deficiência (nomeadamente as que se inserem no espetro



do autismo), a palestra foi sucedida de um debate com o público.

Nesta iniciativa, o Município de Sobral de Monte Agraço uniu-se à Associação Voa – Inclusão para a Deficiência e ao Agrupamento de Escola Joaquim Inácio da Cruz Sobral. ■

promover o desenvolvimento de comunidades inclusivas, e sensibilizar para os direitos das pessoas com deficiência

PRINCÍPIO 4

A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais.

SOURE

Projeto Sabores do Nosso Mundo – Inclusão Sustentável

O projeto “Sabores do Nosso Mundo – Inclusão Sustentável” visa trabalhar a integração social de alunos oriundos de outros países a viver em Soure, através do enfoque na cultura, tradições e gastronomia desses mesmos países, com a participação ativa de alunos e suas famílias e, ainda, dos professores e pessoal auxiliar que trabalha nas escolas.

Além de estimular o contacto com outras culturas e sabores, esta iniciativa pretende ser um incentivo à partilha, à tolerância e ao respeito pela diversidade cultural, para a inclusão social, assente numa cultura de igualdade de oportunidades e na promoção de uma educação multicultural/intercultural e, ainda, fomentar o sentido de pertença a uma comunidade, promoção de autoestima e autoconfiança, abertura à experimentação, combate ao preconceito e fomentar a aceitação e valorização das diferenças como componentes enriquecedores.

Para o desenvolvimento deste programa, foi efetuado o levantamento dos diversos países de origem dos alunos que frequentavam os estabelecimentos de ensino participantes. Ao longo

de cada mês são trabalhados vários aspetos relacionados com cada país, como os seus símbolos, costumes, música e património, culminando com uma refeição típica do país em causa. Na escola, os professores trabalham a temática cultural, património e curiosidades desses países. Este trabalho foi efetuado a vários níveis: nas aulas, através da pesquisa de particulares do país, incluindo o convite a familiares dos alunos e aos próprios alunos para partilharem características do seu país de origem e as suas histórias.

Este projeto encontra-se em curso, com o intuito de se ir alargando gradualmente a todos os estabelecimentos escolares da responsabilidade do Município. Pretende-se, assim, chegar a todas as famílias, através de uma intervenção focada nas crianças e jovens, com a convicção de que eles são um excelente veículo promotor da mudança e da tolerância. ■

PRINCÍPIO 3

DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. “A cidade promoverá a educação na diversidade para a compreensão (...) Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. (...) Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.



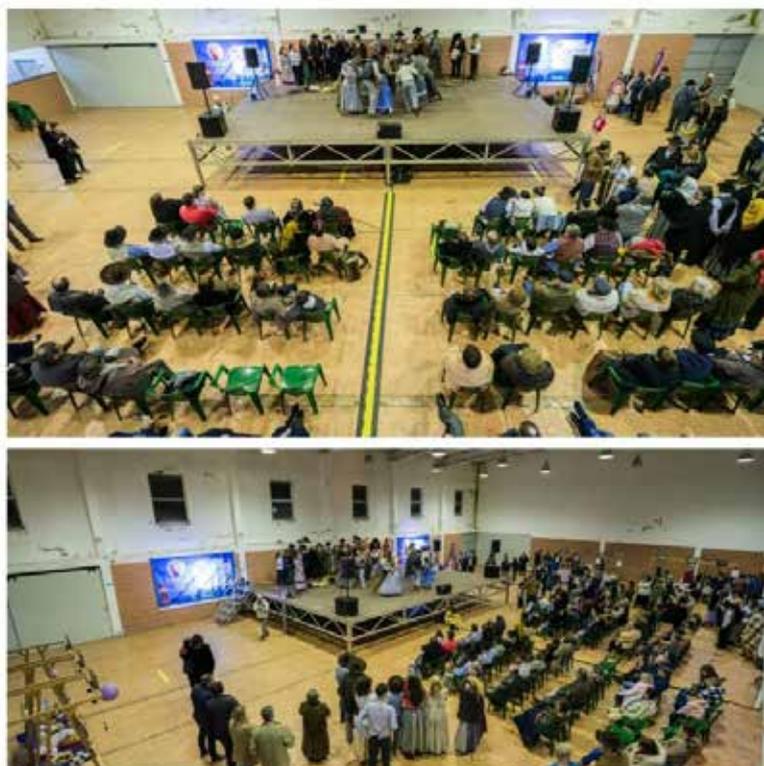


TÁBUA
Cidade Educadora
27 a 30 Nov. 23

30.11.2023
Dia Internacional das Cidades Educadoras
21h00m
"Folclore que Educa"
Pavilhão Desportivo de Candosa

Atuações

- Rancho Regional e Folclórico de Candosa
- Rancho Folclórico da Fraguesia de Covas
- Grupo Etnográfico "Terras" de Tábua
- Rancho Folclórico Verde Pinho, Pinheiro de Coja
- Rancho Infantil e Juvenil de Várzea de Candosa
- Rancho Cultural e Recreativo de Sinde
- Rancho de Mães
- DJ Surpresa



TÁBUA

Comemoração do Dia Internacional da Cidade Educadora 2023

À semelhança dos anos anteriores o Município de Tábua assinalou o Dia Internacional da Cidade Educadora 2023, dedicando a última semana de novembro, de 27 a 30 de novembro, para a sua comemoração, sob o lema "A cultura fonte de criação e aprendizagens na Cidade Educadora".

Entre as várias iniciativas, destaca-se, como ponto alto das comemorações, a atividade de dia 30 de novembro "Folclore que Educa". Esta atividade decorreu durante a noite de dia 30, na Sala Municipal de Desporto de Candosa e contou com a participação efusiva dos Ranchos Folclóricos do Concelho. Esta atividade que se tratou de um sucesso junto da comunidade representou um momento ímpar de partilha e convívio.

Através da cultura, tradições e preservação do folclore, a iniciativa visou transmitir lições valiosas sobre a história e identidade do Concelho de Tábua, unindo a comunidade em torno de um objetivo fundamental: a educação.

Para além desta atividade, importa salientar as restantes atividades que decorreram durante essa semana, nomeadamente a "Roda dos Instrumentos", atividade dinamizada em parceria com o Conservatório de Música e Artes do Dão, realizada no Centro Escolar de Tábua e na Escola Básica de Midões. Esta dinâmica proporcionou aos alunos do 1.º CEB a oportunidade de conhecer e experimentar vários instrumentos musicais. Também dirigido aos alunos do 1.º CEB,

numa experiência cultural única, o Grupo "Tábua de Tradições" da Academia Sénior do Município de Tábua, apresentou o Serão Beirão, dando a conhecer a cultura e tradições locais. Ainda nesta perspetiva cultural, decorreu ainda a atividade "A Cultura Impregna a Cidade", promovendo apresentações musicais nos serviços da autarquia.

A importância da intergeracionalidade também foi um ponto fulcral nesta comemoração através da realização de uma aula de história conjunta entre os alunos da Academia Sénior do Município de Tábua e os alunos do 12.º ano do Agrupamento de Escolas de Tábua, promovendo a partilha de conhecimento entre as diferentes gerações. ■

PRINCÍPIO 4

ACESSO À CULTURA. A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais. Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico.

TORRES NOVAS

Comunicação Acessível

– Núcleo Museológico da Central do Caldeirão

O Núcleo Museológico da Central do Caldeirão, dedicado à salvaguarda do património energético e das memórias do trabalho da antiga unidade de produção de energia elétrica de Torres Novas, inaugurado a 1 de maio de 2023, procurou contemplar no seu projeto museográfico a comunicação acessível e inclusiva em vários domínios, nomeadamente:

– Utilização de uma linguagem simples, objetiva e acessível, com o uso de palavras conhecidas e usuais. Apesar dos conteúdos e da natureza técnica do património energético em exposição, foram privilegiadas frases curtas e na ordem direta, para que todas as pessoas com diferentes níveis de escolaridade e de diferentes gerações possam compreender a informação, independentemente das suas origens, características ou capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas.

- Utilização de animação multimédia com correspondência em linguagem



braille nos painéis expositivos exteriores de apresentação das estruturas dos Moinhos e Lagares do Caldeirão, com conteúdos disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=V23ZiqjIF8>

- Utilização de ferramentas digitais para a educação inclusiva, nomeadamente com simulação multimédia dando a conhecer a recriação dos mecanismos de produção energética, disponíveis em: <https://museu.cm-torresnovas.pt/index.php/nucleos-museologicos/central-hidroeletrica-do-caldeirao>
- Utilização de linguagem acessível com maquete tátil de um dos mecanismos emblemáticos do património exposto e recuperado “in situ”, o motor a diesel pertencente ao grupo gerador térmico Ruston, fabricado pela Lincoln-England entre 1918 e 1920.
- A elaboração de maquete tátil para deficientes visuais A maquete tátil é um modelo tridimensional que retrata detalhadamente todos os pormenores do motor e é considerada atualmente como uma das mais eficazes ferramentas de inclusão e construção do pensamento espacial para deficientes visuais. ■

PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida, nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação. Tanto a administração municipal, quanto outras administrações que afetem a cidade, serão responsáveis por isso. Os cidadãos também deverão comprometer-se com este projeto, pessoalmente ou através das diferentes formas de associação em que estiverem organizados.





TORRES VEDRAS

Walking Football Torres Vedras

Walking Football, futebol a andar ou a passo, é uma modalidade de desporto adaptado, onde se joga a andar e não a correr, permitindo com isso uma prática mais inclusiva para todas as pessoas, além de melhorar significativamente os índices de saúde e bem-estar para a longevidade ativa. De facto, esta prática não exige qualquer experiência prévia na prática de futebol, permitindo que pessoas com diferentes capacidades técnicas e físicas possam desfrutar dos benefícios de uma modalidade desportiva coletiva.

melhoria das capacidades físicas, como também na promoção da socialização da população com mais de 55 anos

A modalidade teve origem em Inglaterra e veio para Portugal através da Fundação Benfica em 2017. Atualmente, a organização nacional da modalidade – Walking Football Portugal – está a cargo da RUTIS (Associação Rede de Universidades da Terceira Idade) que promove um calendário anual de encontros entre as inúmeras equipas de todo o país. Estes “torneios” têm sempre uma componente desportiva, mas também uma forte dinâmica social. Foi em 2021 que a Câmara Municipal

de Torres Vedras contactou com este projeto e reconheceu de imediato o seu potencial tanto na vertente da melhoria das capacidades físicas, como também na promoção da socialização da população com mais de 55 anos.

Estas características enquadram-se na perfeição nos objetivos do programa “Mexa-se Para a Vida – Desporto Sénior” que o Município desenvolve há 18 anos e que conta com mais de 1900 utentes em 81 núcleos a funcionar em todas as freguesias do concelho.

A primeira equipa de Walking Football Torres Vedras resultou de uma parceria da Câmara Municipal de Torres Vedras, com a Associação da Universidade da Terceira Idade de Torres Vedras e o Sporting Clube de Torres. Com as sinergias criadas com estas parcerias foi possível assegurar o contacto mais direto com a população alvo, a componente administrativa e técnica e ainda as instalações onde decorrem os treinos duas vezes por semana. O sucesso foi imediato com todas as vagas para a equipa a serem preenchidas de imediato.



De futuro, pretende-se captar o interesse das associações desportivas do concelho, no sentido de dinamizarem as suas próprias equipas, estimulando não só a qualidade de vida da população sénior, mas também contribuindo para a aproximação desta população com o tecido associativo local. ■

PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. “O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece.”



VALONGO

Eu Sou Som

– um projeto de artes ao serviço da inclusão

Enquanto Cidade Educadora, o Município de Valongo tem tido a preocupação de proporcionar uma educação inclusiva, que valoriza a diversidade, baseando-se no princípio de que só é possível construir uma sociedade justa e equitativa quando se promove a inclusão e se garantem meios e oportunidades de formação e desenvolvimento pessoal a todas as pessoas, com as suas necessidades específicas. Por isso, está comprometido em proporcionar uma educação de qualidade a todos/as, independentemente da sua condição física, psicológica e/ou cognitiva, onde nenhuma criança ou aluno/a seja deixado/a para trás e onde cada criança e jovem tem oportunidade de desenvolver as suas potencialidades.

É neste contexto que surge, no ano letivo 2017/2018, o projeto de musicoterapia nas escolas do Concelho. Um projeto de artes ao serviço da inclusão, que através da música, como um instrumento de comunicação universal e simples, que ultrapassa barreiras culturais e artísticas,

pretende ser uma ferramenta ao serviço da Educação Inclusiva direcionado para os/as alunos/as com necessidades específicas, com a finalidade de proporcionar-lhes experiências associadas à musicoterapia, promovendo e criando condições propícias a uma maior e melhor inclusão social e educativa.

A sua ação assenta numa intervenção contínua e prolongada, em sessões semanais ao longo do ano letivo, tendo por base a música como estímulo, como relaxamento, como promotora de competências, como fator de interação e integração. A estratégia de intervenção do “Eu Sou Som” passa por valorizar a capacidade de resposta inata à música que existe em cada uma das crianças e alunos/as que usufruem do projeto e respeitar a identidade musical de cada um/a. Partindo de um processo de musicoterapia ativa e criativa, aceita-se a criança e jovem como é, reconhecendo, refletindo e respeitando os sentimentos, permitindo alcançar objetivos comunicacionais, de interação, autoestima, autonomia contribuindo assim para uma maior qualidade de vida.

Este projeto contempla, ainda, uma pequena mostra no final do ano letivo, a que chamamos “Encontros Musicais” que nada mais são do que um convite para despertar consciências e de olhares mais inclusivos no público a quem se destinam, bem como um importante contributo para a promoção de autoestima, confiança e respeito nos/as participantes.

Ao longo dos últimos anos o número de crianças e jovens que frequentam o projeto tem aumentado significativamente, uma vez que o projeto iniciou com 6 grupos em 2017/2018 e este ano letivo estão envolvidos 17 grupos, cerca de 150 crianças e alunos/as de 5 Agrupamentos de Escolas, que confirma a tendência futura de aumento de crianças e jovens com problemas ao nível da comunicação, interação e cognição e, logo, a necessidade de mantermos este projeto no nosso plano de ação e intervenção. ■

música, como um instrumento de comunicação universal e simples, que ultrapassa barreiras culturais e artísticas, pretende ser uma ferramenta ao serviço da Educação Inclusiva



PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. “O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas...”

VILA FRANCA DE XIRA

Capacitação de Pessoal Não Docente

“Diversidade Cultural em Contexto Escolar – desafios”

O Município de Vila Franca de Xira, reconhecendo e valorizando a individualidade e diversidade, tem desde sempre norteado a sua intervenção com base nos princípios dos Direitos Humanos: universalidade, interdependência, indivisibilidade e inalienabilidade. Neste sentido, encetou esforços para melhor conhecer a realidade territorial em matéria de cidadãos e cidadãs migrantes, delineando uma ação concertada que perspetiva o acolhimento, a integração, a participação e a interculturalidade no concelho, mobilizando entidades locais com um papel fundamental na promoção do acesso a um conjunto de direitos fundamentais.

Integram este conjunto de entidades locais, naturalmente, as escolas do concelho. Reforçar a integração da população migrante em contexto escolar, debatendo e desconstruindo preconceitos e estereótipos, apostando em promover o conhecimento que potencia o diálogo intercultural, assume-se assim como uma das ações prioritárias nesta área, considerando que o concelho regista no atual ano letivo 2442 discentes estrangeiros, o que se traduz em 14% da população escolar.

Foi assim concebida e acreditada junto do CCFCC uma ação de formação de 3h dirigida a não docentes, dado que são quem frequentemente está na linha da frente da integração de alunos e alunas, bem como na receção às suas famílias.

Assim, a realização destas ações correu para o objetivo de dotar a escola de estratégias e ferramentas promotoras de uma comunicação mais eficaz, contribuindo para capacitar os diferentes atores da comunidade escolar para a construção de relações positivas saudáveis, facilitadoras de um clima de aprendizagem e crescimento que promova uma cultura de direitos humanos.



Apostando em metodologias de educação não formal, em consonância com a base metodológica da Educação para os Direitos Humanos, foram concretizadas 4 sessões, que envolveram 94 assistentes operacionais do concelho. ■

PRINCÍPIO 3

DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO. A cidade promoverá a educação na diversidade para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e outros grupos étnicos objeto de discriminação, bem como a paz no mundo. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

VILA NOVA DE FAMILICÃO

Centro Recursos Educativos

– resposta inclusiva e equitativa

O Município de Vila Nova de Famalicão tem vindo a ser um ouvinte atento e ativo de muitos pais e cuidadores de crianças com NSE (nomeadamente com comprometimento severo motor e cognitivo), procurando capacitá-los com um conjunto de respostas – humanas, materiais e organizacionais – que lhes permita superar as áreas de menor realização e potenciar as de maior realização. Tendo consciência da necessidade desta resposta procura-se desenvolver propostas e oportunidades de forma equitativa surgindo o Centro De Recursos Educativos. Esta resposta educativa e terapêutica destina-se a crianças e jovens a frequentar a rede escolar e solidária do Município que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem: seletivas e adicionais. No Centro Recursos Educativos estabelecem-se ações dirigidas às famílias, aos alunos e aos profissionais envolvidos. Este espaço constituído por salas técnicas: Snozelen, Integração Sensorial, Multiusos, Arteterapia; Fisioterapia, Terapia Fala e Ocupacional/Psicomotricidade e Psicologia. Em cada área são desenvolvidas ações que estimulam os sentidos visual, auditivo, olfativo, tátil, proprioceptivo e vestibular para além da regulação do comportamento, relaxamento muscular e mental, bem-estar, autoconfiança e autoestima. Garantindo-se formação a pais e profissionais para as potencialidades das intervenções nos



espaços referidos. Durante o ano são acompanhados em cada uma destas áreas do CRE cerca de 75 crianças e jovens em intervenções semanais. Quinzenalmente, reúnem-se cerca de 25 famílias que recebem apoio e capacitação para melhor lidar com os desafios e reforço de competências. Nas pausas letivas o CRE recebe as crianças e jovens (20) que são acompanhados pelos técnicos do Município que garantem o apoio com o desenvolvimento de atividades lúdicas e terapêuticas assumindo um apoio acrescido às famílias neste período de interrupção letiva. ■

PRINCÍPIO 15

FORMAÇÃO DE AGENTES EDUCATIVOS. A cidade tomará as medidas necessárias para que as famílias recebam formação suficiente para poderem acompanhar o crescimento dos seus filhos e filhas, garantindo o equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia na descoberta da cidade, num espírito de respeito e confiança.

Neste sentido, desenvolverá propostas de formação para profissionais e todos aqueles que, na cidade, desempenham, muitas vezes sem saber, funções educativas. Por outro lado, certificar-se-á de que os órgãos de segurança e proteção civil diretamente dependentes do município atuem de acordo com as referidas propostas.

VILA VERDE

Dinamização de sessões de leitura “Histórias Comidas Eu Consigo!”

No âmbito do Plano de Ação Local (Vila Verde, Amiga das Crianças), para dar cumprimento ao Objetivo Operacional 10 (A partir de setembro de 2022, assegurar anualmente que todas as crianças e jovens de Vila Verde usufruem de atividades de promoção e criação da leitura, da ilustração e da escrita) do Eixo (Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades), em articulação com a Instituição Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – APP-CDM de Vila Verde dinamizou-se em alguns Jardins-de-infância, uma sessão de leitura do conto “Histórias Comidas Eu consigo!”.

“Histórias Comidas; Eu Consigo!” é uma obra feita por pessoas que “não sabem ler nem escrever palavras, mas que conseguem ler e escrever histórias”. É através de desenhos que as histórias são contadas no papel pelos utentes do complexo de Vila Verde da APPACDM. Assim sem terem acedido à aprendizagem formal da linguagem escrita, permanecem apaixonados pela leitura, e com o sentimento de “ser capaz de ler” e de contar histórias.

Esta atividade permite colocar em prática os princípios de uma escola inclusiva e permite aos alunos trabalhar competências pessoais e diferentes estilos de comunicação.

Este projeto permite a interação dos jovens com deficiência mental com crianças da educação pré-escolar, promovendo, por aí, os valores da igualdade e da não discriminação e uma mais efetiva integração social dos jovens com necessidades especiais. ■



PRINCÍPIO 1

EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA. O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação. Tanto a administração municipal, quanto outras administrações que afetam a cidade, serão responsáveis por isso. Os cidadãos também deverão comprometer-se com este projeto, pessoalmente ou através das diferentes formas de associação em que estiverem organizados.

PRÉMIO CIDADES EDUCADORAS 2024

Resolução do júri

Cidade de México, Odivelas e Santo André, vencedoras do Prémio Cidades Educadoras para boas práticas de Educação em Valores!

Um júri internacional, composto por peritos na matéria e representantes do Comité Executivo da AICE, analisou as 66 candidaturas de 55 cidades e 11 países que se apresentaram a este prémio.

Pelo seu impacto, pelo seu carácter transversal e por ilustrarem a amplitude do tema do Prémio, bem como pelo trabalho realizado com diferentes grupos, as deliberações do júri resultaram na nomeação das seguintes iniciativas como vencedoras desta quinta edição do Prémio:

- . *Subsistema de Educação Comunitária PILARES, Cidade do México (México)*
- . *Diálogo interreligioso, Odivelas (Portugal)*
- . *Água, Câmara e Ação – educomunicação socioambiental, Santo André (Brasil)*

Foram, também finalistas os seguintes projetos, que se destacam pela promoção de valores baseados na inclusão social, na sustentabilidade, na paz, na solidariedade, na resiliência e no diálogo intergeracional:

- . *Apucarana, uma cidade que inclui, acolhe e abraça (Apucarana)*
- . *Programa Ministério Sustentável. Um caminho para a transformação sustentável (Buenos Aires)*
- . *Casa da Solidariedade e da Paz Flors Sirera (Manresa)*
- . *Sargaço e Resiliência da Cidade (Playa del Carmen)*

Mais informações em:

- <https://www.edcities.org/pt/resolucion-del-jurado-3/>
- <https://www.edcities.org/pt/premio-ciudades-educadoras-a-buenas-practicas-de-educacion-en-valores-3/>



- . *Programa Aconchego: partilhar casa e companhia (Porto)*
- . *Clubes Agrícolas (Raul Soares)*
- . *Comemoração do Dia Mundial das Pessoas Refugiadas (Sant Boi de Llobregat)*

A cerimónia de entrega do Prémio terá lugar no dia 24 de maio às 12h, em Curitiba (Brasil), no âmbito do XVII Congresso Internacional de Cidades Educadoras 2024.



XVII CONGRESSO INTERNACIONAL AICE 2024 – 21 a 24 de maio – Curitiba

Informações:

- . Foram **selecionadas** experiências de **26 cidades portuguesas** para apresentação no XVII Congresso Internacional da AICE.
- . As cidades que vão **apresentar experiências** têm direito a uma **inscrição grátis** no congresso.
- . O **calendário e custos de inscrições** é o seguinte:
 - . Inscrição antecipada, até 16 de fevereiro – 270€;
 - . Inscrição regular, a partir de 17 de fevereiro – 300€

Mais informações em:

- <https://cidadeseducadoras.curitiba.pr.gov.br/>